

REVISTA PLURAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS CAMINHOS DA PSICOLOGIA

ANO 05 | N.º 07 | FLORIANÓPOLIS, SC
FEVEREIRO 2024 | ISSN: 2595-6191



Expediente

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 12ª REGIÃO (CRP-12)

SEDE

Rua Prof. Bayer Filho, 110, Coqueiros,
Florianópolis-SC, CEP: 88080-300

SUBSEDES

OESTE | Av. Porto Alegre, 427-D, Ed. Lázio
Executivo, Sala 802.

Centro, Chapecó-SC, CEP: 89802-130

SUL | Rua Henrique Lage, 267, 2º andar, sala 201,
Ed. João Benedit, Centro, Criciúma-SC,
CEP: 88801-010

NORTE | Rua Mário Lobo, 61, Sala 905/906,
Centro, Joinville-SC, CEP: 89201-330

XI PLENÁRIO (GESTÃO 2022-2025)

DIRETORIA

Yara Maria Moreira de Faria Hornke

Conselheira Presidente — CRP 12/08685

Joseane de Oliveira Luz

Conselheira Vice-Presidente — CRP 12/10914

Bruna da Costa Pereira

Conselheira Tesoureira — CRP 12/15305

Patrícia Brígida Estevão

Conselheira Secretária — CRP 12/03442

CONSELHEIRAS(OS)

André Luiz Cohn da Silveira — CRP 12/15290

Claudemir Gonçalves — CRP 12/15326

Cláudio Pedro Vitorino — CRP 12/01834

Cleidi Mara dos Santos — CRP 12/09938

Ematuir Teles de Sousa — CRP 12/12502

Fabiana Gonçalves Felix — CRP 12/03914

Fabrizio Antonio Raupp — CRP 12/08012

Irme Salete Bonamigo — CRP 12/00531

Joseane Nazário — CRP 12/07882

Junior César Goulart — CRP 12/11136

Luá Inaiê Gonçalves Marcantoni — CRP 12/11079

Marcele Bressane — CRP 12/14655

Marina Citatin Arruda — CRP 12/14017

Milena Regina da Silva — CRP 12/14711

Mirian Fernandes Yordi — CRP 12/06046

Nanci Cecília de Oliveira Veras — CRP 12/02324

Paloma Fabiola Borba — CRP 12/11072

Pâmela Silva dos Santos — CRP 12/09493

Patrícia Backes — CRP 12/02833

Paula Helena Lopes — CRP 12/13135

Renata Cristiane Araújo de Lima Pierre Louis — CRP
12/14482

Sandra Regina de Barros de Souza — CRP 12/03795

Sandra Aparecida de Bem Stefanés — CRP12/07831

Silvio Serafim da Luz Filho — CRP 12/00051

Tiago Luiz Pereira — CRP 12/09149

Vanabel Scarabelot — CRP 12/08197

REVISTA PLURAL

Publicação do Conselho Regional de Psicologia
de Santa Catarina — 12ª Região (CRP-12)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CRP-12

Cleidi Mara dos Santos — CRP 12/09938

Ester Konig da Silva — CRP 12/10865

Marina Citatin Arruda — CRP 12/14017

Paula Helena Lopes — CRP 12/13135

EDIÇÃO

Camila Latrova — MTB 41.260/SP

Jornalista Responsável

REVISÃO

Ester Konig da Silva — CRP 12/10865

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Paula Martins

CAPA

Freepik

Adobe Stock

Envie sugestões de temas para
revistaplural@crpsc.org.br

Editorial

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS CAMINHOS DA PSICOLOGIA

Nesta edição da Revista Plural, apresentamos a importância das Políticas Públicas e a participação da Psicologia, como ciência e profissão. Este tema se faz importante para o fortalecimento de ações dos setores públicos destinados ao planejamento e atendimento das questões sociais, econômicas e de saúde, de forma integrada, buscando promover a garantia de acesso a direitos, o bem-estar, a equidade e o desenvolvimento humano.

O XI Plenário do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina — 12ª Região (CRP-12), por meio de suas comissões relacionadas às Políticas Públicas como a Comissão de Psicologia e Assistência Social (CPAS), a Comissão de Direitos Humanos (CDH), a Comissão Psicologia Escolar e Educacional, a Comissão de Psicologia e Saúde e o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), atua na articulação da profissão às necessidades e demandas sociais; desenvolvendo orientações, notas técnicas e construindo canais de diálogos com as profissionais da categoria. Dessa forma, reafirma o compromisso com uma sociedade justa e igualitária, por meio de uma psicologia comprometida com a sociedade.

Nos oito artigos escritos por profissionais e estudantes de Psicologia, iniciamos nossa jornada reflexiva com uma análise crítica do papel da Psicologia diante do peso do neoliberalismo na pobreza. As autoras destacam a necessidade urgente de uma ampliação dos limites da dimensão política da atuação profissional da categoria.

Depois, exploramos uma análise profunda da criação de um dispositivo-clínico voltado para populações marginalizadas no contexto do Projeto Bem Viver Indígena, em Florianópolis. A iniciativa é destacada como uma potência de afeto, contribuindo não apenas para intervenções clínicas, mas também para políticas públicas inclusivas.

Aprofundamos a relação intrínseca entre arte, cultura e cidadania, desdobrada em um artigo que destaca como essas conexões podem ser vias eficazes de emancipação. A escrita explora o papel da Psicologia na promoção de experiências culturais e artísticas que empoderam comunidades.

Apresentamos, em seguida, um artigo que detalha a compreensão da relação entre a Psicologia e a práxis nas Políticas Públicas, com foco na importância da aplicação prática do conhecimento psicológico na formulação e implementação de políticas que impactam diretamente a vida das pessoas.

Outro tema instigante abordado nesta edição, é o doping universitário e a análise das complexas interações entre pressões acadêmicas e o supereu. No texto, é feita uma provocação sobre os desafios enfrentados pelos estudantes universitários e as tensões que moldam a jornada educacional.

Temos, também, uma reflexão a respeito de uma análise crítica sobre cisgeneridade, exclusão e inclusão e a necessidade de considerar as diferentes identidades de gênero no desenvolvimento de políticas mais inclusivas.

Por fim, encerramos a edição com dois artigos que abordam o valor da escuta: a escuta como potência de afeto nas políticas públicas no ambiente universitário e na formação da prática Psi, e a escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no contexto das Políticas Públicas.

Em cada artigo, convidamos nossos leitores a transcenderem as fronteiras convencionais da Psicologia e inspirem novas abordagens, diálogos e, acima de tudo, transformações positivas na profissão e na sociedade.

Sumário

05

Ensaio sobre o papel da Psicologia no trato do peso neoliberal na pobreza: a importância da politização no processo de formação em psicologia

12

Projeto Bem Viver Indígena: análise institucional da experiência de criação de um dispositivo-clínico institucionalizado a uma população institucionalmente marginalizada

18

A escuta como potência de afeto nas políticas públicas no ambiente universitário e na formação da prática Psi

24

Arte, cultura e cidadania: vias de emancipação

32

A vida é desafio: interface entre a psicologia e a práxis nas políticas públicas

42

Doping universitário, neoliberalismo e supereu

49

A escuta especializada no contexto das políticas públicas

58

A cisgeneridade na dialética exclusão/inclusão

Ensaio sobre o papel da Psicologia no trato do peso neoliberal na pobreza:

A IMPORTÂNCIA DA POLITIZAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

AUTORAS*: Laís Paganelli Chaud
Bruna de Barros Alves Pereira
Francini Vargas Hess

A Psicologia no Brasil, com sua história datada a partir da década de 1960, carrega uma herança assistencialista e clientelista até os dias atuais. Isso porque foi apenas no final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que uma Psicologia voltada para a garantia dos direitos humanos pôde começar a se desenvolver (Isabel Oliveira; Keyla Amorim, 2012). Assim, a recente relação entre a Psicologia, enquanto profissão, e as Políticas Públicas, coloca desafios para **essas¹ profissionais**, inclusive estruturais, a serem superados.

Em decorrência disso, a produção e a importância política do fazer psicológico, o qual é, para nós autoras, intrinsecamente atravessado pelas questões sociais, culturais, políticas e econômicas, ainda é subestimada dentro e fora do campo acadêmico. Dessa forma, considerando o contexto histórico em que a profissão surgiu no Brasil, percebemos que o início da atuação da psicóloga no Brasil sofreu fortes influências das políticas do período ditatorial e neoliberal. Como consequência, ainda notamos que a representação máxima da Psicologia no senso comum é o fazer clínico individual, já que essa atuação está pautada sob a égide de uma crescente mercantilização da saúde mental.

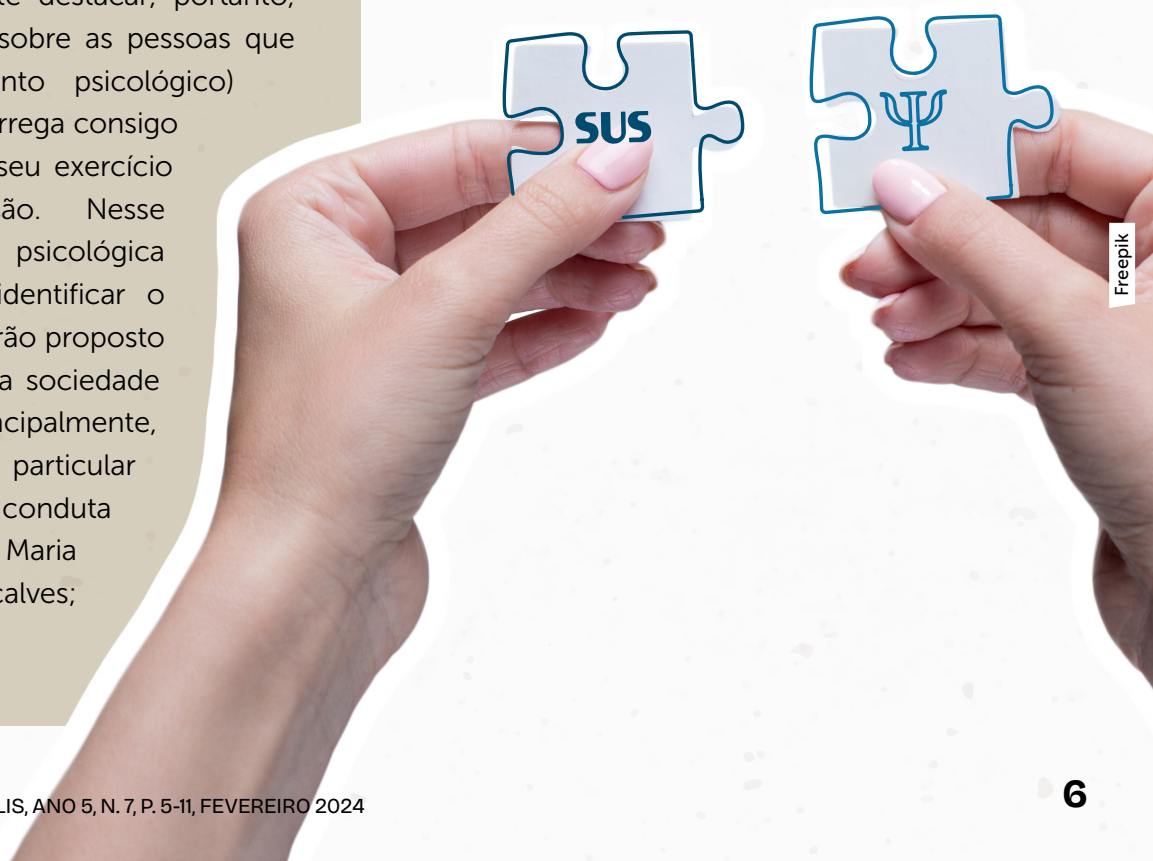
¹ As autoras do presente estudo optaram por representar a população geral de profissionais da Psicologia no gênero feminino, levando em consideração a maioria numérica dessa categoria. De acordo com dados do CensoPsi 2022, a profissão é predominantemente feminina, sendo 79,2% das participantes mulheres e, apenas, 20,1% de homens (CFP, 2022).

Início da profissão de Psicologia no Brasil

O impacto da ditadura sobre a Academia, como reflexo da política autoritária do regime ditatorial de 1964, exerceu grande influência no âmbito acadêmico, por meio da repressão e perseguição de alunos e professores posicionados ideológica e politicamente de forma contrária ao regime vigente (Cynthia Ferrarez; Poliana Oliveira, 2018). Dessa forma, para satisfazer interesses burgueses, deixou-se de lado a “questão social”, a qual é definida por Cerqueira Filho (1982, p. 21) como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”. Assim, a expressão deste conjunto de problemas na sociedade pode ser vista sob a forma de pobreza, fome, miséria, dentre outros. Desse modo, nos primórdios da profissão, a sua atuação em escolas e empresas, por exemplo, era principalmente com o intuito de controlar e moldar os indivíduos de acordo com os ideais das elites (Yamamoto; Isabel Oliveira, 2010). É importante destacar, portanto, o viés adaptativo (sobre as pessoas que buscam atendimento psicológico) que a Psicologia carrega consigo desde o início de seu exercício enquanto profissão. Nesse âmbito, a ciência psicológica teria auxiliado a identificar o que fugisse do padrão proposto pelas normativas da sociedade e a intervir, principalmente, a partir da clínica particular para (re)adaptar a conduta individual (Ana Maria Bock; Maria Gonçalves; Silva, 2010).

A politização da Psicologia brasileira

Na década de 1980, como resultado do processo de resistência da sociedade contra o regime autocrático-burguês, a profissão iniciou a sua politização, por meio de intensa mobilização social e de discussões sobre os diversos rumos profissionais (Yamamoto; Oliveira, 2010). A Constituição Cidadã, promulgada em 1988, foi um marco para a democratização do país, por meio dela o Estado tornou-se responsável por garantir aos cidadãos condições mínimas para uma vida digna, dentre elas a garantia à saúde (Oliveira; Amorim, 2012). O Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1990, foi uma das formas de possibilitar essa garantia; com seus princípios baseados na equidade, integralidade e universalidade, foi responsável por aumentar exponencialmente a procura por atendimentos (Brasil, 1999). Neste contexto ocorre a entrada da Psicologia na esfera geral das políticas públicas.



Entretanto, essa entrada não ocorreu sem contestações; as críticas à atuação da Psicologia nesse campo eram voltadas ao modelo inicial da profissão, pautado nos ideais burgueses, visando o ajustamento aos padrões hegemônicos. Por conseguinte, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou uma transformação nos rumos da profissão, pautados por novos parâmetros teórico-metodológicos e políticos. Assim, como um dos resultados dessas modificações, em 1997 a Psicologia foi enquadrada oficialmente pelo Ministério da Saúde no rol dos profissionais de saúde, sem limitação à saúde mental (Oliveira; Amorim, 2012).

O peso neoliberal na pobreza

O neoliberalismo surge, na década de 1990, com a proposta de redução do acionamento do Estado nas questões sociais, levando a uma diminuição significativa dos investimentos públicos nesse setor (Montaño, 2012). Isso resultou na precarização e na privatização dos serviços públicos, inclusive dos programas de combate à pobreza (Yamamoto; Oliveira, 2010). Ao subinvestir no setor social, os programas de combate à pobreza são privatizados, podendo a privatização acontecer de forma total ou parcial, ou seja, o estabelecimento do mercado como instância mediadora total ou parcial, junto do princípio de um Estado mínimo. Ao analisarmos o afastamento do Estado das questões sociais, tal separação não é um acaso. Segundo Mascaro (2013), esse processo é justamente o que possibilita a reprodução do modo de produção capitalista. Dessa forma, a pobreza é resultante dos processos de exclusão, de deslegitimação social e da precarização no trato da vulnerabilidade psicossocial por parte do Estado, terceirizando esta responsabilidade aos demais setores

da sociedade, como a sociedade civil e o terceiro setor (organizações privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária) (Yamamoto, 2007).

Com isso, o peso neoliberal na pobreza pode ser definido pela pesada imposição de um estereótipo aversivo, por parte do sistema neoliberal, sobre os indivíduos em vulnerabilidade psicossocial, sem considerar que a sua condição é resultante desse sistema, mas sim responsabilizando o próprio indivíduo pela sua situação econômica. O preconceito, representação pejorativa gerada pelo tratamento da vulnerabilidade social como inferior e, paradoxalmente, insignificante pelo sistema capitalista, resulta no sofrimento ético-político de quem sofre essa deslegitimação social, ou seja, da maior parte da população brasileira. Sendo assim, podemos dizer que o conceito de pobreza sob a concepção neoliberal é paradoxal, ou seja, ao mesmo tempo que se mostra essencial para a manutenção desse sistema, também é negligenciada e vista de forma pejorativa.



Tânia Régio/Agência Brasil

A partir desse cenário, quando se analisa para quem é destinada à atenção psicológica atualmente, enquanto maximizadora do bem-estar, é indiscutível que as camadas mais ricas da população mantêm-se como os principais beneficiados, o que explica, em partes, a atenção secundária que se destina às políticas públicas (Martín-Baró, 1996).

Isso posto, reverbera-se no meio social uma propagação da máxima de “autodisciplina e superprodução” como regra de vida para alcançar melhores condições financeiras dentro do sistema capitalista, partindo da “cultura da pobreza” a qual responsabiliza o indivíduo pela sua limitada condição econômica (Montaño, 2012). Assim, é reforçada não apenas a omissão da responsabilização do Estado, mas também o sistema que contribui para a perpetuação da vulnerabilidade social.

Por conta disso, a compreensão das forças de coação, sobretudo as externas, que interferem na saúde mental da população torna-se essencial. É preciso, portanto, que a atuação das profissionais de Psicologia, para com pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, não seja realizada apenas

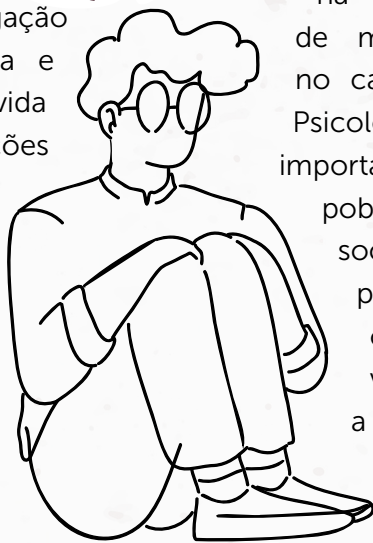
como uma reprodução de saber técnico, mas sim como uma mudança na postura de uma suposta neutralidade, que perdura acompanhando a atuação das psicólogas desde os seus primórdios (Yamamoto; Oliveira, 2010).

Fissuras na estrutura hegemônica

Mesmo após as mudanças feitas nos rumos da profissão há 26 anos, como reflexo de todos os quarenta anos de consolidação da Psicologia, ainda restam muitas marcas do elitismo no quadro profissional nacional.

Mas, apesar de estar longe de atender à maioria da população, há uma crescente expansão dos serviços da profissional de Psicologia para amplas camadas da população. Ao associarmos a transformação feita na profissão com a necessidade de mudanças a serem realizadas no campo das políticas públicas, a Psicologia torna-se um elemento muito importante no trato do peso neoliberal na pobreza, pensando no compromisso social da profissão, como uma das profissionais de saúde, segundo o Ministério da Saúde, além dos valores da Constituição Cidadã a serem seguidos, baseados na equidade, integralidade e universalidade (Oliveira; Amorim, 2012).

Destacamos, assim, a importância da desconstrução do pensamento de individualização do sofrimento psíquico ainda durante a graduação. Além disso, é importante analisar esse período de formação como uma oportunidade para criar contatos e vínculos que ampliem a “bolha social” na qual grande parte dos estudantes do ensino superior vivem, ao



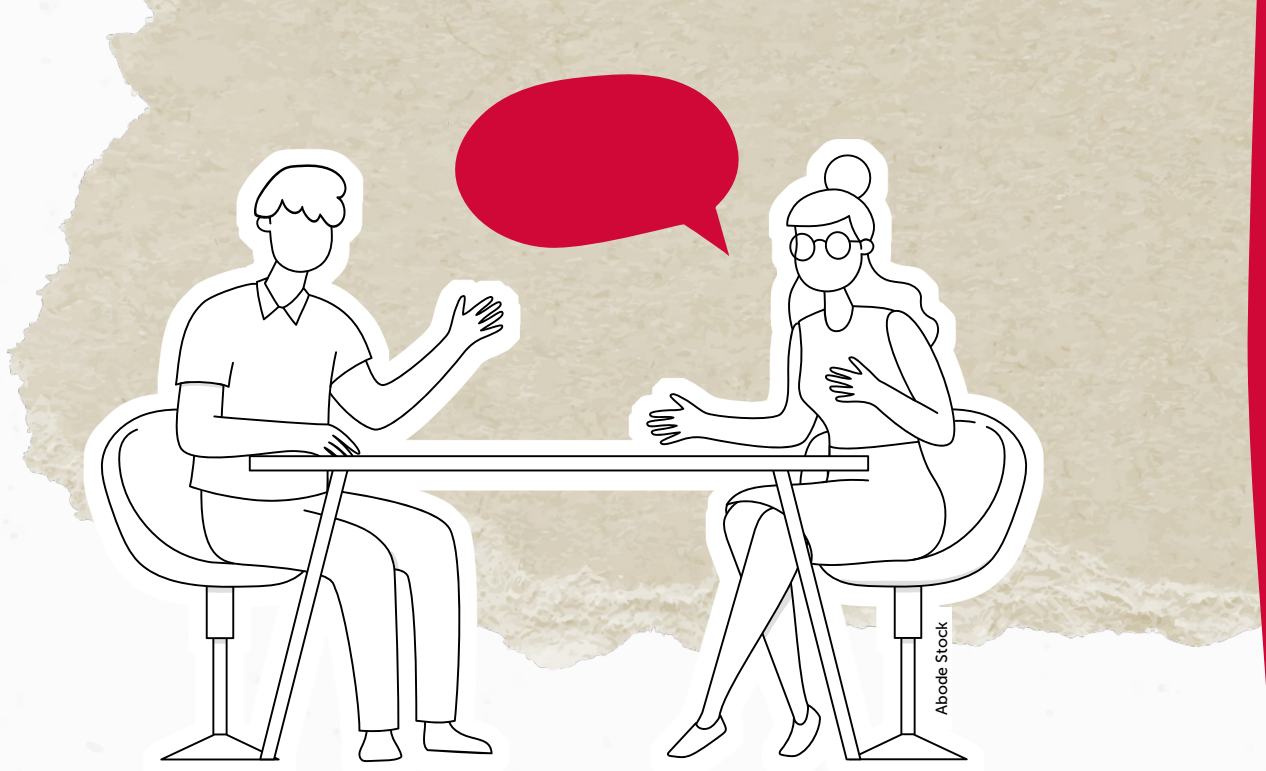
Freepik

passo que muitos dos alunos são de classes mais afortunadas e desconhecem, portanto, determinadas realidades. Nesse tocante, o contato com disciplinas que abordem as políticas públicas, os direitos humanos e as práticas psicossociais pode ofertar espaços de debate que fomentem uma perspectiva e um olhar crítico à realidade. Como sugere a autora Bader Sawaia (2006) ao trabalhar com a dimensão do sofrimento ético-político, isso possibilita dar ênfase à mutilação contra a dignidade humana e ao cotidiano das questões sociais, analisando a dor que advém do tratamento como subalterno em uma sociedade hierarquizada e desigual.

Essa noção é de suma importância no cuidado da saúde mental humana, ao passo que não apenas retira a supremacia do âmbito nosológico e biomédico, mas possibilita dimensionar os diferentes contextos e cotidianos que as futuras profissionais irão se deparar.

Sobre este contexto, muitas das disciplinas curriculares obrigatórias dos cursos de Psicologia tendem a discutir sobre os processos de saúde mental sem levar em conta o contexto histórico, social, cultural e econômico em que as pessoas estão localizadas, desconsiderando, assim, a singularidade de cada um na constituição da própria subjetividade. Nessa lógica, por conta do poder dado à Psicologia para tal julgamento, muitas profissionais são ensinadas a patologizar o que foge do padrão normativo, ou seja, o dito "anormal", sem moldar seus conhecimentos teóricos de acordo com as necessidades da história de vida de cada pessoa e do território no qual ela se encontra. Logo, compreender a complexidade das experiências individuais é essencial para uma prática psicológica humanizada, assim como modificar a forma com que as estudantes desta ciência enxergam a participação da Psicologia no meio social possibilita modificar a forma com que essa profissão se insere na sociedade e no modo que a sociedade a compreende.





Nesse sentido, ao discutirmos sobre o compromisso social da Psicologia, Oliveira e Amorim (2012) defendem que o trabalho das psicólogas deve apontar para a transformação social, especialmente dos marcadores sociais relacionados à pobreza. Por outro lado, segundo Martin-Baró (1996, p. 22), “não está nas mãos do psicólogo, enquanto tal, mudar as injustas estruturas socioeconômicas de nossos países”, ou seja, também é necessário olhar para as possíveis limitações desta atuação no âmbito social. Desse modo, para evitar interpretações equivocadas sobre a prática profissional da psicóloga, é importante destacar o perigo de duas concepções opostas e problemáticas: a fatalista, na qual as determinações materiais não permitem uma postura ativista, levando ao comodismo; e a voluntarista, a qual extrapola os limites profissionais e os da realidade, com posições messiânicas (Oliveira; Amorim, 2012).

Partindo desses pressupostos, é possível caminhar para uma Psicologia que, como elencada por Ana Cruz, Adriana Matsumoto, Tatiana Minchoni e Soraya Andrade (2017), não se pauta pela disciplinarização dos

sujeitos. Assim, notamos a urgência do olhar para a ampla parcela da população atingida pelas “questões sociais”, trazendo destaque para o cuidado com o lugar social de onde se olha, para que a profissão se apoie em uma compreensão mais adequada dos problemas mais profundos das maiorias populares, a partir de uma perspectiva histórica (Martin-Baró, 1996). Ademais, faz-se necessária a utilização do saber psicológico profissional a serviço da população, visando a transformação da sociedade e considerando os limites da atuação da profissão, para que o interesse de poucos não exija a desumanização de muitos (Martin-Baró, 1996).

Por fim, o maior desafio da Psicologia no trato do peso neoliberal na pobreza é a ampliação dos limites da dimensão política de sua atuação profissional. Apesar de sabermos que não há a possibilidade da Psicologia extinguir a cadeia de exploração do modo de produção capitalista, assim como as suas marcas nos sujeitos, pensamos que há a possibilidade de geração de fissuras na estrutura hegemônica, a qual explora e culpabiliza os pobres e retira a responsabilidade do Estado pelas mazelas sociais (Oliveira; Amorim, 2012).

Referências

* AUTORAS:



Laís Paganelli Chaud - CRP 12/19598
Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina,
laispchaud.psicologa@gmail.com



Bruna de Barros Alves Pereira
Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina,
bruna.barros@grad.ufsc.br



Francini Vargas Hess
Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina,
hessfrancini@gmail.com

BOCK, Ana Maria M.; GONÇALVES, Maria da Graça M.; SILVA, Marcus Vinicius O. CREPOP: uma experiência brasileira de intervenção da psicologia no campo das políticas públicas. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). Psicologia y acción comunitária. Sinergias de cambio en América Latina. La Habana: Editorial Caminos, p. 278–298, 2010.

CERQUEIRA FILHO, G. A “Questão Social” no Brasil: crítica ao discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CensoPsi 2022: CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. CFP, 2022.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda; MINCHONI, Tatiana; MATSUMOTO, Adriana Eiko; et al. A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. spe, p. 239–252, 2017.

FERRAREZ, Cynthia Santos; OLIVEIRA, Poliana Santos Ferrarez. A herança da ditadura militar brasileira para a educação superior: processo de adequação às prerrogativas internacionais. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do Psicólogo. Estudos de Psicologia. Natal, v. 2, n. 1, p. 7–27, 1997.

MASCARO, Alysson Leandro. Estado e forma política. [s.l.]: Boitempo Editorial, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual para a organização da atenção básica. 1999.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 270–287, 2012.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes; AMORIM, Keyla. Mafalda de Oliveira. Psicologia e Política Social: o trato da pobreza como “sujeito psicológico”. Psicologia Argumento. Natal, v. 30, n. 70, p. 559–566, 2012.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan. (Org.) As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social, p. 96–116, 1999.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, “terceiro setor” e “compromisso social”: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. Psicologia & Sociedade. Natal, v. 19, n. 1, p. 30–37, 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília, v. 26, n. spe, p. 9–24, 2010.

Projeto

Bem Viver Indígena:

Análise Institucional da Experiência de Criação de um Dispositivo-Clínico Institucionalizado a uma População Institucionalmente Marginalizada

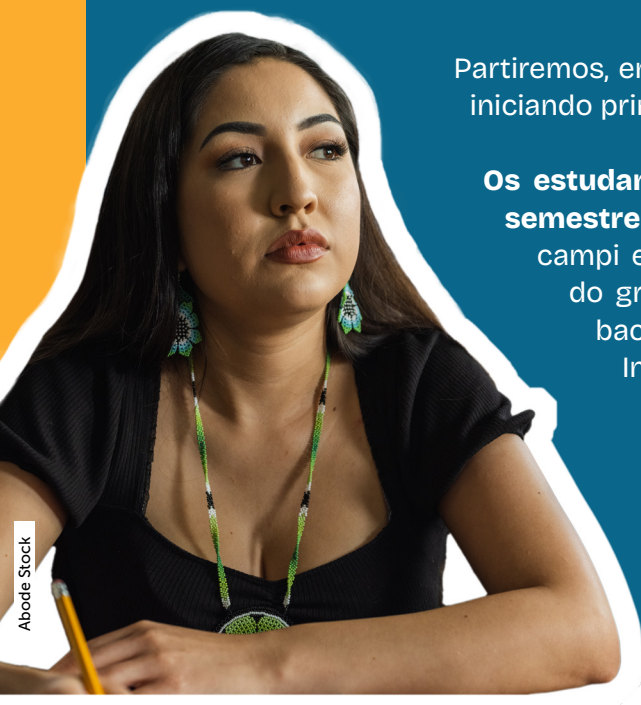
AUTORES*:

Iacã Machado Macerata
Julia Muller Forte
Juliana da Cunha dos Santos

O projeto Espaço de Escuta Bem Viver Indígena surge de um pedido de uma estudante indígena do curso de Psicologia que encontra solo para germinar na aposta de determinado docente do curso de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina na relevância daquela demanda. Este docente decide estruturar o projeto, até então anônimo, como campo de estágio, sendo que uma das atividades propostas pelo estágio é a construção deste projeto. Desta forma, desde sua gênese, o projeto Espaço de Escuta Bem Viver Indígena surge como aposta, muitas vezes contando com método de tentativa e erro, da criação de um espaço de atendimento específico para a população indígena de uma universidade pública do estado de Santa Catarina. Muitas são as interrogações e contradições que fazem parte da estruturação deste projeto que encontra, dia a dia, impasses institucionais ou não, dada a contradição primeira que

motiva sua criação: a invisibilidade das necessidades e especificidades desta população que é nativa do território ocupado pela universidade.





Partiremos, então, de uma contextualização deste campo de estágio, iniciando primeiramente pela descrição do público-alvo.

Os estudantes indígenas desta universidade são, no primeiro semestre de 2023, em número de 213 alunos, considerando os campi espalhados pelo Estado. Estes estudantes fazem parte do grupo discente dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), pós-graduação e também da Licenciatura Intercultural Indígena, que possui enfoque nos Territórios e Conhecimentos Indígenas no Bioma Mata Atlântica e habilita seus egressos para lecionar nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em escolas em territórios indígenas.

O que é um dispositivo? Como “se faz” um dispositivo?

Uma das atividades de nosso Plano de Estágio foi, justamente, a construção do esboço deste dispositivo-clínico de atenção à saúde mental dos estudantes indígenas de uma universidade pública do sul do país. Um dispositivo é o ponto de encontro entre elementos heterogêneos: discursos, regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas, morais e tecnologias e se faz necessário como resposta a um objetivo estratégico (Chignola, 2014). Portanto, estão em cena questões como os objetivos da instituição de ensino, a singularidade deste grupo o qual iremos atender, a proposta de trabalho (envolvendo conceito e técnica do saber em Psicologia) e o próprio caráter formador, dado que configura-se como estágio curricular.

Sendo o dispositivo um operador de intervenção, podemos esperar que um

dispositivo torne-se um analisador se conseguir pôr alguma situação em análise (Rossi; Passos, 2014). Por isso, nosso primeiro analisador será justamente este dispositivo clínico, ou, a intenção de sua criação.

Cabe aqui ressaltar como estão presentes forças instituídas (de caráter estático e que tendem a resistir) e instituintes (aquelas que tendem a transformar ou fundar institucionalidades) (Barembliit, 1994), que sobrepõem-se a todo tempo: podemos elencar como forças instituídas a realização deste estágio, dado que configura-se como estágio obrigatório do curso (cumprimento de carga horária, produção de relatórios, pauta na prática no saber em Psicologia), utilização do espaço do Serviço de Atenção Psicológica desta universidade (agendamento de salas, registro de atendimentos, cumprimento de “agenda”).

A própria utilização do saber em Psicologia como proposta de intervenção junto a povos indígenas pode ser vista como uma força instituída, dada a consolidação da Ciência como saber verificado.

Nesse sentido, coloquemos em análise algumas questões:

1. A atenção aos estudantes indígenas é um dos objetivos desta instituição se os objetivos da universidade são forças instituídas?

2. E, ainda que sem a pretensão de respostas nesta cartografia, qual é a representação do estudante universitário desta universidade?

Por fim, lembremos uma vez da antiquada investigação sobre se povos indígenas possuíam alma, direcionada pelos missionários em 1500, como lembra Geni Núñez (2022). Ainda que permeado por discussões inerentes ao estudo da Psicologia sobre a consciência, ter a subjetividade indígena como objeto de intervenção melhor situa-se em uma dimensão transformadora, de movimento e intenção de relações institucionais (Rusche, 2019). Por mais que a atenção à saúde possa vir como um imperativo, constituinte, inclusive, de regulamentos do Estado, e que a demanda de realização de intervenção junto aos estudantes indígenas tenha partido também de um setor institucionalizado desta

universidade (Coordenadoria de Relações Étnico-Raciais), entenderemos que, com potencial de produção de desvios, a atenção à saúde mental indígena na universidade opera como um dispositivo instituinte de novas dinâmicas. Pois, do contrário, poderíamos operar em prol do ajustamento.

Como dar passagem à subjetividade quando não há condições de permanência?

Um dos impasses com o qual nos deparamos durante a realização deste estágio foi o de delimitação do nosso campo de intervenção, dado que, como estágio do curso de Psicologia, imagina-se que, ainda que partindo de determinado recorte perspectivo, será nosso objeto de estudo a subjetividade. Apesar disso, atentando-se aqui para a superação da visão dicotômica mente-corpo herdada pela Psicologia, cabe julgar que não há violência física que não seja também psicológica e vice-versa (Núñez, 2022), de modo que os desdobramentos de violências como o racismo são vividos também de forma subjetiva.

Portanto, faz-se fundamental colocar também em análise as condições materiais de exploração da subjetividade quando não há condições de permanência dos estudantes indígenas na universidade.

Entre 2011 e 2021, a quantidade de matrículas de alunos autodeclarados indígenas no ensino superior aumentou 374%. De acordo com o centro de inteligência analítica criado pela entidade que representa as instituições de ensino superior no Brasil (Semesp), a rede privada respondeu pela maioria delas (63,7%), no período. (Informações retiradas do site da Agência Brasil)





Para isso, utilizaremos o exemplo da ocupação indígena ("maloca"), que abriga grande parte dos estudantes indígenas desta instituição. Nesse sentido, propõe-se observar as dimensões do instituído que inviabilizam e invisibilizam a permanência estudantil da população indígena nesta Universidade pública do sul do país. Permeiam aqui questões como o epistemicídio, as dificuldades de construção de um espaço multicultural, o desconhecimento dos atores institucionais (docentes, estudantes e técnico-administrativos) sobre esta população. Além disso, pensar a partir de como os conflitos se materializam a partir da dificuldade que a Universidade tem de fazer do seu espaço acadêmico um espaço em que esses estudantes possam se sentir bem recebidos e acolhidos. Finalmente, os efeitos que o instituinte produz nos indígenas estudantes desta Universidade e os impactos das microviolências institucionais nas suas trajetórias acadêmicas.

Ingressar no Ensino Superior pode envolver o enfrentamento de uma realidade totalmente distinta: com altas cobranças por rendimento, formas de ensinar e aprender que, por vezes, desconsideram a diversidade cultural da Universidade. Assim, essa realidade vem sendo colocada como uma imposição de rendimento acadêmico e se intensifica pela falta de apoio da instituição para o processo de adaptação dos estudantes indígenas com esse novo modo de vida. Ao mesmo tempo, a mesma instituição que exige notas e aprovações, mínimo de créditos por semestre para manutenção das matrículas ativas, demanda desses seus estudantes uma organização política para cobrar e reivindicar condições mínimas para permanência estudantil, como uma moradia indígena.

Nesse sentido, ante ao exposto anteriormente, podemos compreender melhor as relações de força presentes na linha de segmentaridade rígida (Hur, 2018). Essa linha se refere a uma estruturação e também a uma rigidez, posta como uma linha dura e servindo como base dos estratos, bem como das instituições. Ao propor um exemplo, Hur (2018) mencionou as leis, ou seja, é aquilo que está posto e de certo modo cabe aos indivíduos aceitar ou possivelmente sofrer duras consequências pela transgressão à norma sem muita flexibilidade para alterar o que lhe é colocado. Assim, quando pensamos na dinâmica da Universidade, com longas horas de aulas e de estudo extraclasse e longos textos, é isso o que está posto aos estudantes sem ser considerado se dão conta de vivenciar essa rotina sem gerar um adoecimento mental. Desse modo, o estudante deve se submeter às exigências institucionais para não sofrer com cortes de bolsas e trancamento da matrícula, por exemplo.

No entanto, é possível observar que a luta indígena desta universidade produz efeitos de transformação sobre a instituição, ao que Hur (2018) nomearia como a linha de fuga, que exprime acontecimentos e tem potencial de transformações sobre o que está posto. Nesse sentido, como colocado por Hur (2018) podemos observar que a presença indígena na Universidade produz criação e indeterminação, na elaboração de um novo processo de territorialização.

Com isso, também identifica-se um desgaste muito grande dos estudantes e um comprometimento com as atividades acadêmicas para dar conta de atender as demandas políticas frente ao que se tem institucionalizado nessa Universidade.

Desse modo, a linha de fuga é a luta pela permanência estudantil, transformando o que se tem de instituído em algo passível de mudança para promoção da qualidade de vida dentro do espaço acadêmico.

Considerações finais

Ante ao exposto, podemos pensar que a Universidade apresenta uma considerável demora na elaboração de melhorias para a população indígena de seus campus. Parece que a Universidade segue uma tentativa de se adaptar à realidade demandante dos estudantes, sem de fato procurar raízes para as problemáticas enfrentadas por eles. Assim, urge questionar se a instituição está de fato

atenta à luta e a permanência indígena em seu espaço acadêmico. Isso é, a instituição constantemente exigindo rendimentos e restringindo movimentos, ao passo que oportuniza a vinda dos estudantes, mas não garante efetivamente condições de permanência estudantil.

Nesse sentido, é curioso pensar a própria instituição elaborando a construção de um dispositivo que possa atender às demandas de saúde mental de uma população que muitas vezes é posta à margem das ações da Universidade. No entanto, também evidencia, talvez por mecanismos de tentativa e erro, de um processo de aprendizagem de como conciliar cosmovisões diversas e diferentes num mesmo território.

Assim, nesta breve exposição, <destaque>é possível observar que há atores institucionais preocupados em fazer com que os estudantes indígenas não estejam apenas presentes, mas que possam ocupar o espaço acadêmico.<destaque> Dessa forma, pensar num dispositivo partindo da própria instituição que se mostra ora apoiadora da luta, ora uma dificultadora da permanência dos estudantes, não se deu de modo fácil. No entanto, tem se configurado uma importante ferramenta que viabiliza um espaço de escuta aos estudantes indígenas.

Por fim, deste projeto piloto foi estruturado, por meio da extensão universitária, uma frente de atuação de composição com as equipes de saúde indígena (vinculadas a Secretária de Saúde Indígena) e de realização de ações nas aldeias no litoral de Santa Catarina, em diálogo com as lideranças indígenas. Esta frente, ainda desenvolvendo seu plano de atividades para 2024, encontra-se, principalmente, em fase de aprendizado de como a academia e o próprio saber em Psicologia podem contribuir à saúde indígena.

*** AUTORES:**



Iacã Machado Macerata - CRP 38806/05

Professor Adjunto do Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Psicólogo. Mestre e doutor em Psicologia - Estudos da Subjetividade pela Universidade Federal Fluminense. se.i.macerata@ufsc.br



Julia Muller Forte

É formanda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2024. Atuou como estagiária e extensionista no projeto Escuta Bem Viver em seu primeiro ano de planejamento e execução. Tem interesse pelas seguintes temáticas: clínica e política, psicologia social, abordagens transdisciplinares da clínica; saúde mental e atenção psicossocial; saúde coletiva e políticas públicas; corporeidade; psicanálise. juliamullerforte@gmail.com



Juliana Cunha

Tem 23 anos e é natural de Tijucas-SC. Formou-se na escola estadual E.E.B. Cruz e Sousa em 2018 e dois anos depois iniciou sua graduação em Psicologia, ainda em andamento, na Universidade Federal de Santa Catarina. juliana_cunhasantos@outlook.com

Referências

CHIGNOLA, Sandro. Sobre o dispositivo: Foucault, Agamben, Deleuze. Cadernos IHU Ideias, São Leopoldo, v. 12, n. 214, p. 4-18, 2014.

BAREMBLITT, Gregório Franklin. Sociedade e instituições. In: BAREMBLITT, Gregório Franklin: Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1994.

HUR, Domenico Uhng. Forças, potência e micropolítica. In: HUR, Domenico Uhng: Psicologia, política e esquizoanálise. Campinas: Alínea, 2018.

NÚÑEZ, Geni. 2022. Efeitos do binarismo colonial na Psicologia: reflexões para uma Psicologia anticolonial. In: Conselho Federal de Psicologia (Brasil): Psicologia Brasileira na Luta Antirracista: volume 1. Brasília: CFP, 2022.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. Revista EPOS, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 156-181, jun. 2014.

RUSCHE, Robson Jesus (Org). Análise Institucional: perspectivas contemporâneas, teorias e experiências. São Paulo: Hucitec Editora, 2019.

Foto e legenda da página 14 retirada de: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-04/matriculas-de-indigenas-em-universidades-subiram-374-de-2011-a-2021>

A escuta como potência de afeto nas políticas públicas no ambiente universitário e Na formação da prática Psi

**“O ato de ouvir exige humildade de quem ouve.
E a humildade está nisso: saber, não com a cabeça,
mas com o coração, que é possível que o outro veja
mundos que nós não vemos”.**

(Rubem Alves, 2008).

AUTORES*:

Tatiana Minchoni
Larissa Hamann Vieira
João Paulo Vasco Avelino

Pensar na formação para a prática profissional e nos impactos que geram nas pessoas que participam dela, sobretudo no campo das políticas públicas, permite refletir sobre que e quais histórias são trazidas para a nossa construção acadêmica. É a partir dessa reflexão que a temática das políticas públicas e seus desdobramentos, no contexto pessoal e ainda formativo da graduação em psicologia, mobilizam as pessoas autoras deste material. Para situar a pessoa leitora, nos apresentamos a fim de contextualizarmos sobre a história que construímos e por meio das quais somos constituídos/as até o momento. A primeira autora, Larissa, mulher cisgênero, jovem, parda, irmã caçula, moradora da Grande Florianópolis, filha de empregada doméstica e instalador hidráulico, a primeira mulher da

família a estar em uma universidade pública, espaço onde se conecta com João, segundo autor, homem cisgênero, pardo, bicha surda periférica, ex-morador de ocupação irregular, cria de empregada doméstica informal e pai mestre-de-obras, filho caçula e único neto da família materna com ensino superior completo. É por meio do espaço-tempo da universidade que encontram com a terceira autora, Tatiana, mulher cisgênero branca, irmã caçula de três irmãos, filha de trabalhadora doméstica e de cuidado não remunerada e de gerente de produção, paulistana de região periférica, mas também cria do Rio Grande do Norte, educadora e pesquisadora, poeta em construção, andarilha, caçadora de histórias.

Dadas apresentações, damos um salto para um dos encontros em sala de aula, na disciplina de Políticas Públicas, Direitos Humanos e Práticas Psicossociais, no âmbito do curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, onde a professora Tati disse:

Gostaria de deixar um conselho para vocês: escutem seus colegas. A escuta é uma importante prática psi. Nossa prática psi não começa quando formados, começa aqui na sala de aula.



Freepik

Foi importante demarcar esse espaço para refletirmos o que estamos nos permitindo escutar e, a partir dela, nos afetar com as realidades de outras de vida, sobre/vivências, e dinâmicas que aproximam ou destoam do que já se permitiu afetar em momentos anteriores. O que pode ser (ou não) uma expansão da capacidade de afetar e sermos afetados/as.

Essas aulas são cheias de histórias. Carregadas de afeto, de luta, de resistência. Tem gente preta, gorda, pobre, periférica, com deficiência. Tem gente que almoça em casa, tem carro, plano de saúde. Tem gente que viaja nas férias pro exterior, que fala três idiomas. Tem quem paga aluguel, vive com os pais, só come no RU. Tem gente

que pega duas horas no latão para chegar na aula. Tem gente que viaja pra ir e vir pra cá todos os dias. É uma diversidade em trânsito, um cesto cheio de itens e cada pessoa carrega seu modo de ser, existir e agir, com acessos diferentes, histórias e modos de vida completamente engajada e situada (Marcia Moraes, 2010) em seus contextos. E conectar essas vidas e histórias com o conselho de Tati só nos parece possível a partir dos encontros.

É no contato com o outro que podemos expandir nossa rede de afetos e pensamentos sobre o mundo, sobre as relações. Uma espécie de colcha de fuxico quase que instantaneamente sendo bordada com uma nova informação, re-editada, atualizada, reformulada. O tempo todo se regenerando, criando e re-fazendo. É a oportunidade da escuta se fazer ativa, e proporcionar outro recurso da atuação profissional em psicologia: o diálogo. Como afirmam Rafael Bianchi Silva e Flávia Fernandes de Carvalhaes (2016)¹, um diálogo que se permita novas formas de fazer em psicologia,

[...] que escapem aos limites estabelecidos em meio a condições de classe, que, geralmente, operam no sentido de localizar as classes populares como incapazes de gerenciar a própria vida e/ou inadequadas aos modos de vida apresentados como "normais" e "adequados". (Silva; Carvalhaes, 2016, p. 250).

¹ Apresentamos neste ensaio, uma alteração na regra gramatical e culta que reduz o gênero masculino, de modo ampliar o debate sobre a não-imposição de gênero e que possamos referenciar coletivamente todas as pessoas. Desta forma, também escrevemos o nome completo das pessoas autoras citadas, de modo a identificação do sexo/gênero.



Freepik

A autora Aline Guedes de Melo (2023), desde suas experiências com a prática clínica a partir da Psicologia Histórico-Cultural, afirma que a escuta acolhedora e não julgadora é um elemento indispensável para o exercício profissional das pessoas psicólogas, indiferentemente da abordagem que atuam. Reforça, ainda, que é “nosso papel respeitar as experiências de cada sujeito e não trazer mais sofrimento envolvido em posturas de julgamento ou imposição” (Melo, 2023, p. 31).

Permitir e, mais ainda, provocar esse exercício durante nossa formação, indiferente do método, da epistemologia ou abordagem, amplia nossas experiências para formação do pensamento crítico e possibilita um plano de ação que não esteja empanado por normas sociais, crenças limitantes ou outros aspectos, como “só-porque-não-sou-pobre-negro-trans etc.”, além de potencializar a afetividade nas relações estabelecidas, numa forma em que seja possível transformar-se e minimizar o sofrimento humano (Bader Sawaia, 2008). Ademais, exercitar a escuta nos permite

compreender a construção do outro que também nos constrói, é tecer na realidade do outro e de si mesmo, sua importância como parte do coletivo. Escutar vai além do que nossos ouvidos permitem, é um exercício corporal, afetivo e cognitivo que transforma nossa compreensão de mundo.

Pensar na forma em que a escuta é realizada, é refletir sobre como as políticas públicas estão vivas em sala de aula, não somente em suas histórias, mas também no modo em que operamos para potencializar ou reduzir as desigualdades sociais.

Portanto, importa considerar que na ausência do contato e da possibilidade do encontro, nos afastamos de oportunidades genuínas de nos implicarmos ética e politicamente com

as diferenças e de experimentarmos uma formação conectada com a realidade deste país. É se permitir mergulhar em uma porção de histórias atravessadas pelas políticas socioassistenciais, de acesso e permanência, que as salas de aula das universidades por muito tempo desconheciam. É assim que também ampliamos nossa potencialidade da escuta para além de nossas bolhas.

Cabe ressaltar que é extremamente perigoso acreditar que as políticas públicas funcionam perfeitamente, e é igualmente perigoso pensar que vivemos num mundo em que o Estado protege todas as populações vulnerabilizadas. Esse Estado reproduz desigualdades estruturais/estruturantes (racismo, sexismo, capacitismo, classismo, etc.) que impactam na gestão das políticas públicas. É necessário compreendermos que a formulação, implementação e manutenção das políticas públicas devem ser construídas conjuntamente com as pessoas que demandam tal suporte.

Marivete Gesser (2013) apresenta importantes contribuições sobre o funcionamento das políticas públicas, ao destacar que há limites em construir direitos fundamentados apenas

em marcos legislativos, abordando a necessidade de ter um olhar ético-político para contemplar os diferentes sujeitos e suas demandas particulares.

Com isso, evidencia-se a diversidade de vidas e não sujeitos universais, em que frequentam uma sala de aula. Ana Vlândia Holanda Cruz, Adriana Eiko Matsumoto, Tatiana Minchoni e Soraya Souza de Andrade (2017), por sua vez, ao discutirem a militarização da questão social, afirmam que interesses políticos são envolvidos para proteger a propriedade privada, e que o objetivo sempre é governar as populações (Giorgio Agamben, 2014). Nesse sentido, é possível compreender que há uma perpetuação do cumprimento da ordem e disciplina, ações preconceituosas, práticas agressivas e violentas que incentivam tortura e homicídio e tantas outras que precedem as movimentações históricas legitimadas desde a ditadura militar e que ocorrem até hoje. Não devemos permitir que histórias privilegiadas continuem a nos excluir, igualmente nas políticas públicas.

Este corpo que vive, mas não é uma vida, e nem passível de luto é o que está engendrado nessa maquinaria de poder e opressão - sexista, racista, capacitista, classista e outros

-, é o que nos apresenta Judith Butler (2015, p. 46) ao falar de "vidas não consideradas potencialmente lamentáveis são obrigadas a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à



Adobe Stock/Freepik

morte". Essa precarização da vida é atribuída aos grupos vulnerabilizados, tornando-as ininteligíveis, menos humanos, alvo de violência e opressão, para se fazer prosperar este delírio civilizatório, produtivista, reprodutivo e branco ocidental. Por isso, refletimos sobre quem são os sujeitos que chegam até a universidade, como são suas vidas, como são suas permanências nesse espaço e que história nos contam.

É importante pensar na forma em que nossas concepções sobre os outros são moduladas pelas instituições (família, escola, comunidade, Estado), pela nossa singularidade, pela forma que as mídias comunicam indicadores geosócio-demográficos associados à violência, pela dinâmica meritocrática neoliberal, entre outros. Além disso, é preciso pensar em como isso pode ser reorganizado também no espaço da sala de aula, e dependerá da forma como expressamos nossos interesses e motivações para também lidarmos com as in/diferenças. A escuta nesse contexto é fundamental para nos aproximarmos de uma realidade genuinamente situada, que nos possibilita ampliar a capacidade de diálogo, reconhecimento e aprendizagem. E desta maneira, ao dispormos nossa atenção, de corpo inteiro, para as histórias que nos contam e como nos afetam, nos permitirmos construir outras formações da prática psi.

Estar atravessado por políticas públicas significa estar dentro de outras histórias já contadas, é estar dentro de lutas que nem sempre sabemos por onde começaram, mas queremos participar porque existem realidades capazes de atravessar a nossa. Por isso, quando estamos em uma sala de aula, é importante saber que muitas construções estão sendo envolvidas naquele espaço,

é preciso permitir afetar e ser afetado/a/e para poder ser transformado/a/e nas experiências coletivas.

Viver em uma sala de aula, é saber que tem gente que usa políticas públicas para permanência, de redistribuição de renda, de acesso, de saúde, direitos trabalhistas, de moradia popular, de cotas raciais, com deficiência, entre tantas outras. Se há direito garantido é porque houve luta, lutas essas travadas pelos movimentos populares e interesses sociais constituídos coletivamente, e, portanto, porque de alguma forma houve escuta. O apaziguamento e controle vem justamente após as lutas — por moradia, direito das mulheres, das sindicalistas, das trabalhadoras domésticas, do movimento estudantil, entre outras — e todas as realidades compõem uma sala de aula.

É certo que tem outras histórias tão próximas mas também tão distantes das nossas. É nosso dever potencializarmos nossas escutas para tecer nossas histórias de luta.

Que eu-nós possamos permitir tal escuta, numa postura ético-política. Não só pra querer ser psi. Mas pra ser gente. E gente é pra brilhar e não pra morrer de fome (Caetano VELOSO, 2018).

*** AUTORES:**



Tatiana Minchoni - CRP 12/23572

Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; doutorado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Práticas Culturais e Processos de Subjetivação; pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); e especialização "Práticas Pedagógicas no Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UnP). É professora adjunta no Departamento de Psicologia da UFSC e coordena o Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPR/UFSC), tatiana.minchoni@ufsc.br



João Paulo Vasco Avelino

Graduando e Pós-Graduando em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, joaopauloavelino1@gmail.com



Larissa Hamann Vieira

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, larissa.cedutech@gmail.com

Referências

ALVES, Rubem. Ostra feliz não faz pérola. São Paulo: Editora Planeta, 2008.

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda et al. A ditadura que se perpetua: direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, p. 239–252, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>. Acesso em: 01 dez. 2023.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: ciência e profissão*, Brasília, v. 33, p. 66-77, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jmLTTRQNwjmZbZr899JvJ8K/?lang=pt&format=html#>. Acesso em 01 dez. 2023.

MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. p. 26–51. Disponível em https://app.uff.br/slab/uploads/2010_txt15.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

MELO, Aline Guedes. O papel do psicoterapeuta histórico-cultural e o lugar dos instrumentos mediadores na psicoterapia hc. In: LIMA, Ana Ignez Belém; NETO, José da Silva Oliveira; CLARINDO, Janailson. Monteiro. (Org.). *Práxis na Clínica Histórico-Cultural: por uma clínica da transformação e do desenvolvimento*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2023. p. 29–54.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: Impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 28, p. 247–256, 2016.

VELOSO, Caetano. Gente. Universal Music Ltda., 2018. Disponível em <https://youtu.be/nrzYbc3rWzc>. Acesso em: 01 dez. 2023.

Arte, cultura e cidadania: Vias de emancipação

AUTORES*:

Paula Helena Lopes
Luiza Martins Lapa
Matheus Rozone De Luca

Como construir um novo imaginário social sobre a loucura? Esse objetivo, apontado por Amarante (2007), perpassa (ou deveria) a prática profissional do psicólogo. Mais do que isso, é um objetivo nosso, enquanto categoria, pela busca de uma sociedade humanizada e sem manicômios, na qual todas as pessoas, a despeito de possíveis dificuldades subjetivas, tenham seus direitos e acessos garantidos. Pensando em contribuir com mais um passo nesta direção é que realizamos o projeto de extensão "Arte, cultura e cidadania".

O projeto é construído por estudantes de psicologia, uma psicóloga e professora orientadora na Faculdade Cesusc (Florianópolis/SC) e usuários do CAPS II (Florianópolis), se inspirando no modelo de grupo reflexivo. Além disso, o projeto tem parceria com a Associação AlegreMente, formada por usuários do CAPS e profissionais da saúde. Toda semana, os participantes se encontram na Faculdade e, durante 3 horas, se desenrola a vivência do grupo. Enquanto equipe, almejamos que a participação nos

encontros propicie a (re)inserção na comunidade dos usuários de serviços de saúde mental. Caminhamos rumo a este objetivo por meio da ampliação da sua autonomia, com a formação de redes de apoio, oficinas artísticas reflexivas, diálogos sobre cidadania, e novas formas de subjetivação, em um ambiente marcado não pelo estigma psiquiátrico, mas pelo afeto e respeito ao outro.

A denúncia de práticas manicomiais é uma constante que transversaliza nossos encontros. Assuntos estes que permeiam as discussões da sociedade, como: o uso exacerbado de medicação (ou concebê-la como única via de tratamento); casos de médicos psiquiatras que atuam sob o viés classificatório de sintomas, atendendo o sujeito de forma rápida e superficial, sem ouvi-lo de fato; ou ainda quando nós mesmos acabamos sendo manicomiais, em ações cotidianas, expressões e concepções que desvelam a psicofobia internalizada da sociedade em que vivemos.

Nos orientamos pela luta antimanicomial, por meio da postura teórica e epistemológica da antipsiquiatria e da psiquiatria democrática. Durante as atividades, o diagnóstico psiquiátrico permanece em segundo plano, com foco nas interações da pessoa com sua rede e seu território. Ainda, pensando no desmonte de manicômios, sempre reforçamos a importância do fortalecimento de vínculos e articulações no território, seja com a rede de apoio do sujeito ou dispositivos e serviços regionais (Amarante, 2007). Daí a importância de nos mantermos atualizados quanto aos serviços, ONGs, dispositivos e profissionais que existem e atuam na comunidade local.

Caminhos metodológicos

Em nossas vidas, por vezes teremos uma certa variação em nossa disposição em falar na frente dos outros, participar ativamente de atividades, ou ocupar posições de destaque, certo? Essa variação ocorre em todos, ao longo do dia, da semana, do mês, e a depender de diversos fatores. Portanto, em nosso grupo, realizamos um sistema de rotatividade entre os estudantes que assumem os papéis da equipe: mediador, encaminhador, observador, registrador e quem prepara os lanches. Dessa forma, visamos incentivar a noção do grupo de que todos podem assumir papéis diferentes.

Ainda, por se tratar de um grupo reflexivo, nosso fim não é terapêutico, mas de fomentar trocas e reflexões entre os membros, partindo de uma relação horizontal, por meio de instrumentos artísticos e culturais. À vista disso, dividimos nossos encontros em quatro segmentos: oficinas artísticas reflexivas, economia solidária, saídas

culturais e rodas de conversa com as turmas da extensão curricularizada. Então, além da atividade central, realizamos uma atividade corporal durante a primeira hora de encontro, e o encerramos com um lanche da tarde.



Sobre nossos encontros

As atividades corporais realizadas envolveram caminhada, oficina de ritmo, oficina de forró, biodança, oficina de krav magá e yoga restaurativa. Em nossas oficinas artísticas, a partir de discussões sobre temas emergidos na vivência do grupo (autocuidado e relação com a cidade), propusemos aos usuários que pintassem uma tela a partir das afetações e atravessamentos gerados. Como saídas culturais, realizamos uma visita guiada ao Museu de Florianópolis, seguida por um piquenique no jardim do Palácio Cruz e Souza, além de um passeio guiado na Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Nas intervenções da extensão curricularizada, abordamos os temas de sexualidade e qualidade de vida por meio de rodas de conversa e dinâmicas grupais.

Nos encontros destinados à economia solidária, tivemos tanto momentos de instrumentalização dos usuários com relação a finanças pessoais e de negócios quanto produzimos panos, pintados com a técnica de stencil, que foram vendidos em eventos acadêmicos. O dinheiro que arrecadamos com essas vendas foi utilizado, de acordo com decisão coletiva do grupo, para irmos ao cinema assistir ao filme "A Pequena Sereia" (2023). Por fim, gravamos e produzimos um documentário autoral no projeto, intitulado "Respeitar e não julgar: saúde mental em primeiro lugar", cujo conteúdo contrastava relatos de internações em lógica manicomial ao tratamento humanizado na RAPS.

Afetações e transformações

A cada semana que passava se percebia o sorriso no rosto, as animações com as atividades corporais e as trocas de mensagem no WhatsApp ansiosas por um

reencontro. Assim foram os dias no projeto, com trocas, acolhimentos e afetações. Mas quais foram os impactos concretos percebidos nos sujeitos? É nosso papel, enquanto profissionais da psicologia, nos debruçarmos sobre as sutilezas, perceber os não ditos e, claro, registrar e estudar bibliografias pertinentes.



Freepik

Conseguimos visualizar que o grupo se constituiu como uma rede de apoio. Por meio do compartilhamento de experiências e afetos vividos no cotidiano, como no CAPS, com a psiquiatria, com medicações e, até mesmo, com os manicômios que atravessaram suas vidas, se constituiu uma via de identificação e empatia entre os usuários. Ao psicólogo, cabe proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, livre dos estigmas manicomiais e de diagnósticos que ofusquem as subjetividades.

Nós entramos nessa teia de relações, somos afetados e afetamos. E nisso rompemos a barreira do normal e do patológico com um lugar de possibilidades.

Ainda, na saúde mental não há como deixar de fora a questão da autonomia. “Ser autônomo”, atualmente, se tornou uma imagem de sucesso e uma meta de vida na sociedade. Mas como exigir isso do paciente psiquiátrico, dado os processos manicomiais e de institucionalização que impactaram até suas ações cotidianas mais básicas? É como bem lembra a fábula “O homem e a serpente” contada por Basaglia (Amarante, 1996): o homem que antes era controlado e se submetia às vontades da serpente, em vez de encontrar a liberdade quando ela sai de seu corpo, encontra o vazio. Pois a serpente tinha levado junto sua capacidade de desejar e agir autonomamente. E o manicômio é como a serpente. Como, então, remover essas “grades” mentais e promover a autonomia? Primeiramente, como defendido por Tykanori (2010), não entendemos a autonomia como independência, mas o contrário: a ampliação de dependências. Pois quem é realmente independente na sociedade? Caso tenhamos um problema de saúde, dependemos de um médico. Se caímos em algum processo legal, dependemos do trabalho de advogados. Para mandar uma simples mensagem via celular precisamos de uma imensa rede de trabalhadores, como

engenheiros, programadores e operários. Somos todos dependentes. No caso do usuário do CAPS o que se percebe, muitas vezes, é uma dependência restrita. É o estar “enCAPSulado”, como bem nos ensinou uma usuária – quando o indivíduo fica “preso” dentro dos muros do CAPS, como única relação possível.

Numa Psicologia emancipatória, que coloca o protagonismo no sujeito e subverte lógicas classificatórias, devemos salientar as potencialidades e percepções do além.

Ampliar o leque de dependências e, conseqüentemente, ampliar a autonomia é isso: mostrar aquilo que é possível, deixar clara a imensa rede que circunda o sujeito, como os profissionais da saúde (psicólogos, enfermeiros e médicos), outros usuários, familiares, ONGs, postinhos de saúde, os dispositivos da assistência social e, no nosso caso, o próprio projeto.



Para ilustrar isso, veja um exemplo frequente no grupo com relação ao usuário G, com déficit cognitivo, e sua mãe T, que também frequenta o projeto. G usualmente na hora do lanche pede para as pessoas encherem seu copo com café ou suco, mesmo não tendo impeditivos para realizar a atividade. G mora com a mãe T e o irmão, também em sofrimento psíquico. A atitude de sempre demandar que as pessoas façam algo para ele é algo que visivelmente sobrecarrega sua mãe, já idosa e com mobilidade reduzida. Desta forma, no grupo tentamos sempre elevar as potencialidades de G para realizar as atividades, como pegar um lanche, carregar objetos e limpar algo que esteja sujo. O objetivo é, com isso, criar as percepções em G de que ele consegue realizar essas atividades motoras e o grupo se torna uma relação de apoio para a mãe T ao conseguir sensibilizar o próprio filho; ampliando, assim, a autonomia de ambos.

Conectado a isso há a promoção da cidadania. A condição de “louco”, de “desrazão”, é associada no imaginário de senso comum coletivo à marginalidade, perigo, incapacidade de tomar decisões. Isso acaba por colocar o sujeito em uma condição social de “não cidadão” (Godoy; Bosi, 2004), ofuscando sua voz e obstruindo seu acesso a direitos. Desta forma, trabalhamos para que cada usuário exerça a sua cidadania por meio da divulgação de informações importantes que talvez não teriam acesso de outra forma, explicando sobre os direitos de cada um, além de proporcionar a visita dos usuários a eventos politizadores com o grupo. Há um esforço para retomar a presença do sujeito dentro desses lugares — físicos ou não — e ampliar vozes comumente esquecidas.

O psicólogo deve ter em mente a rede do RAPS, com os dispositivos presentes no território, sendo nosso papel a disseminação dessas informações para que os sujeitos saibam que serviços podem acessar.

As atividades corporais foram uma grande lição para percebermos a ruptura da dualidade corpo x mente. Todos temos um corpo que sente e se afeta. Falar da saúde do corpo é falar da saúde da mente e vice-versa. Segundo Saraceno (2011), o pensamento manicomial teme a corporização, a sexualidade, a individualidade de cada sujeito, aprisionando-o em instituições. Assim, ao trazer temas como a sexualidade, o toque e a relação com o corpo, que se move, que dança ao ouvir uma música, visamos justamente romper com esse pensamento enclausurador, algo que foi colocado em pauta em alguns encontros do projeto.

Acreditamos que na psicologia é necessário dar mais atenção a essa dimensão da relação com o corpo, realizar uma escuta que a considere, almejando um olhar integral para o sujeito. Por meio de atividades que incluem contato com a música, yoga, oficinas de krav magá e dança, os usuários praticaram seus olhares





sobre seus corpos, percebendo suas nuances e situando-se em posição de vivência ativa com o mundo. Esses momentos foram também uma oportunidade para o usuário experimentar-se e se relacionar com o meio a sua volta, além de terem sido momentos de descontração, fortalecimento de vínculo e relaxamento.

Nos nossos encontros realizamos saídas para diferentes lugares de Florianópolis. Usamos essa palavra “saída” justamente para dar essa noção de que estamos saindo e não ficaremos restritos a um lugar só.

A ideia de que lugar de “louco” é em manicômio é colocada em cheque quando se ocupa diferentes lugares e territórios.

Como psicólogos devemos lembrar que a noção de território é muito mais ampla do que a geografia nos diz. É um lugar vivo, dinâmico e cheio de inter-relações (Rolnik; Guattari, 2005; Santos, 2002; Willrich et al., 2013;

Haesbaert, 2004). A ilha de Florianópolis, um lugar repleto de belezas naturais, pertence também aos usuários. Seus territórios não são somente o CAPS. E é esse sentimento de pertencimento que é proporcionado com as saídas feitas no projeto.

Desta forma, visitando o Museu de Florianópolis, o Palácio Cruz e Souza e a Fortaleza de São José da Ponta Grossa almejamos produzir subjetividades que (re)signifiquem os espaços da cidade. Novamente, é papel da psicologia visualizar este sujeito integral. Mas devemos sempre lembrar que é um sujeito que transforma e é transformado pelo mundo, numa dialética que atravessa o espaço e o tempo.

Ainda, na nossa sociedade capitalista há, infelizmente, uma dimensão que molda nossas subjetividades e o sentimento de utilidade: o trabalho. Você provavelmente deve se preocupar todo mês com as contas a pagar e com as atividades profissionais a serem cumpridas. Além de sentir que deve ser produtivo, pois, se não está conseguindo dar conta, está sendo “disfuncional” e não fazendo parte da “engrenagem” que gira. No caso do “louco”, ele possui essa marca registrada no senso comum, como alguém “não útil” para a sociedade.

Como psicólogos devemos reconhecer a falha do capitalismo em não incluir todas as pessoas da sociedade, em não garantir o direito de trabalho e sobrevivência de todos (Paul Singer, 2005), necessitando dessa grande massa de desempregados para a sua manutenção. A economia solidária vem a ser um meio de (re)inserção laboral (Lussi; Pereira, 2011), devendo ser estimulada e promovida via políticas públicas nos serviços de saúde mental. Comumente vimos usuários com dificuldades financeiras. Assim, esses encontros vieram para instrumentalizá-los com possibilidades de (re)inserção social e

promoção de autonomia através da economia solidária e da autogestão financeira.

Quando o grupo conseguiu, com o dinheiro arrecadado, ir ao cinema, era perceptível o sentimento de satisfação ao conseguir acessar esse espaço e comprar baldes de pipoca. Algo que foi atingido a partir da cooperação e do trabalho em conjunto, abrindo-se novas visões de possibilidades a partir da economia solidária. Ademais, muitas das vendas tiveram o tema da luta antimanicomial, como panos de prato com frases escritas com “manicômio nunca mais” e “trancar não é tratar”. A interação com a comunidade e as conversas sobre esse tema durante o comércio dos produtos foram importantes momentos de disseminação de

informações e conhecimento, contribuindo para a construção de um novo imaginário social sobre a loucura.

Assim, tudo isso mostrou a potência dos encontros e do grupo, com afetações e transformações. Na psicologia aprendemos todos os diagnósticos e seus critérios, como realidades restritas a alguns trechos de um livro. Estar em um grupo com sujeitos, pessoas com histórias e afetos, chamando-os pelo nome e não como “usuário”, para não reforçar esse lugar da loucura, é algo que transmuta nossa prática profissional, para um acolhimento verdadeiramente humanizado. Como bem defende Basaglia, é colocar a doença mental entre parênteses.

Considerações finais

Nós, a equipe do projeto, semanalmente nos preocupamos com as atividades a serem realizadas, como materiais artísticos a serem comprados, agendamento de visitas em territórios, preparação de lanches e procura de profissionais para participação de rodas de conversa. Há um sentimento de alerta para sempre prestar atenção em cada participante e ver como eles estão durante os encontros. Às vezes ocorrem crises e situações em que alguns estão fragilizados, onde os estudantes realizam o acolhimento ou, se necessário, pedem ajuda a algum profissional especializado na faculdade. Contudo, após várias semanas de andamento do projeto, é que começamos a perceber as transformações ocorrendo. É um usuário que acolhe o outro, é G indo pegar o seu lanche sem pedir para ninguém e é o grupo respeitando uns aos outros e trazendo suas afetações sem medo de ser julgado.

Construiu-se uma rede em que todos se ajudam. Por meio da fala deles, é percebido o significado que o projeto adquiriu em suas vidas. Como um lugar em que se sentem bem-vindos e bem-acolhidos, com sentidos e possibilidades.

Parafraseando Eduardo Galeano (apud Amarante, 2007), esse novo lugar social da loucura talvez esteja lá no horizonte. Nós, psicólogos, estudantes, usuários e pessoas simpatizantes da luta, caminhamos dois passos, mas esse lugar se afasta dois passos. Caminhamos dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que caminemos, talvez jamais alcançaremos. Para que serve a utopia? Para que serve desenvolvermos práticas visando um novo imaginário social da loucura? Serve para isso: para que não deixemos de caminhar.

*** AUTORES:**



Paula Helena Lopes - CRP 12/13135,

Docente dos cursos de Psicologia da Unisul (campus Centro, Continente e Pedra Branca) e da Faculdade GESUSC. Docente de cursos de pós-graduação e especialização em Psicologia Clínica existencialista. É Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2019–2024); Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Psicóloga pela Universidade do Vale do Itajaí (2012). É pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED – UFSC). Conselheira do XI plenário do CRP12. Tem experiência em gestão de projetos de extensão e supervisão clínica. Atua sob perspectiva existencialista sartriana. Desenvolve pesquisas nas temáticas: gênero, feminismos, interseccionalidade, deficiência, maternidade, direitos sexuais e direitos reprodutivos.
paula.lopes@faculdadecesusuc.edu.br;



Luíza Martins Lapa

Nascida em Florianópolis e graduanda da 7ª fase do curso de psicologia na Faculdade Cesusc. Atuou no decorrer de 1 ano no projeto de extensão “Arte, Cultura e Cidadania”.
luiza.lapa@faculdadecesusuc.edu.br



Matheus Rozone De Luca

Natural de Florianópolis e formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é aluno da sétima fase do curso de psicologia da Faculdade Cesusc, onde participou por 1 ano do projeto de Extensão “Arte, Cultura e Cidadania”. É também Educador de Par do Projeto ImPrEP, atuando em Florianópolis com ações para prevenção combinada de ISTs/HIV.
matheus.deluca@faculdadecesusuc.edu.br

Referências

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

AMARANTE, Paulo. O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

GODOY, Maria G. C.; BOSI, Maria L. M. A alteridade no discurso da reforma psiquiátrica brasileira face à ética radical de Lévinas. *Physis*, v. 17, n. 2, p. 289–299, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 323.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LUSI, Isabela Aparecida de Oliveira; PEREIRA, Maria Alice Ornellas. Empresa social e economia solidária: perspectivas no campo da inserção laboral de portadores de transtorno mental. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo*, v. 45, n. 2, p. 515–521, 2011.

SARACENO, Benedetto. A cidadania como forma de tolerância. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, São Paulo*, v. 22, n. 2, p. 93–101, maio/ago. 2011.

SANTOS, Milton. O país distorcido: O Brasil, A Globalização E A Cidadania São Paulo: Publifolha, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária e saúde mental. In: Brasil. Ministério da Saúde. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. p. 15–30.

TYKANORI, Roberto. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, Ana Maria Fernandes (Org). Reabilitação Psicossocial no Brasil. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 55–59.

WILLRICH, Janaina Quinzen et al. Os sentidos construídos na atenção à crise no território: o Centro de Atenção Psicossocial como protagonista. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 47, n. 3, p. 657–663, jun. 2013.

A vida é desafio:

INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A PRÁXIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**Na mais rica metrópole, suas várias contradições
É incontável, inaceitável, implacável, inevitável
Ver o lado miserável se sujeitando com migalhas, favores
Se esquivando entre noite de medo e horrores
Qual é a fita, a treta, a cena?
A gente reza, foge, continua sempre os mesmo problema
(A vida é um desafio – Racionais MC's)**

AUTORES*:

**André Luiz Strappazon
Vanessa Farias de Brito
Alice Steele Santos Escada**

O trecho da música “A vida é um desafio” dos Racionais MC’s descreve a contradição presente em uma metrópole rica, com grande influência econômica e política, onde é inaceitável e inevitável testemunhar o lado miserável da sociedade se contentando com migalhas e favores. Essa descrição pode ser relacionada ao modelo de sistema político e econômico em que vivemos. As palavras dos Racionais Mc’s nos convidam a refletir sobre as contradições presentes na sociedade e suas desigualdades, o que para nós, na psicologia, implica em pensar em políticas públicas e sobre os efeitos da

questão social, constituintes das demandas de atuação. Nesse sentido, gostaríamos de pensar a interface da psicologia com as políticas públicas e realizar um percurso que nos permita refletir sobre a adoção de uma postura crítica neste campo.

Primeiramente, é necessário compreender que o espaço de atuação da psicóloga nas políticas públicas tem como cerne a questão social. Mas, afinal, quando pensamos em questão social, como podemos compreendê-la?



Freepik

A questão social é caracterizada por desigualdades, exclusões e injustiças sociais, incluindo a pobreza, marginalização, falta de acesso a serviços básicos, desemprego, discriminação (Montaño, 2012). Em suma, restrições de acesso a bens materiais e simbólicos fundamentais para a constituição de uma vida digna.

Como aponta Rosane Silva (2005), originada na lacuna que emerge da contradição entre o capital privado e o direito ao trabalho, a questão social se apresenta como uma fratura cujos determinantes se centralizam na impossibilidade de convivência política dos ideais republicanos de liberdade, igualdade e fraternidade e a ideologia econômica liberal centrada no direito à propriedade e no livre mercado, produzindo como efeito a concentração de renda ao mesmo tempo que sua condição: a pobreza.

Deste modo, a questão social não se caracteriza como uma problemática a ser compreendida e abordada a partir do indivíduo, como se a pobreza, supostamente, tivesse sua origem em características ou habilidades dos sujeitos. Trata-se de um fenômeno coletivo e estrutural, resultante de desigualdades sociais e econômicas presentes nas estruturas e dinâmicas da sociedade. Mas como melhor compreender as problemáticas vinculadas à atuação da psicologia nas políticas públicas a partir da noção que engloba as raízes do problema? Para isso, é fundamental entender uma faceta da história da psicologia como ciência e profissão no Brasil.

A psicologia foi regulamentada no nosso país dois anos antes do início da Ditadura Civil-Militar iniciada em 1964. Isso trouxe grandes impactos para o desenrolar dessa ciência e profissão. Em artigo que analisa a relação entre a psicologia e a política de direitos, Vinicius Furlan (2017, p. 95) argumenta "(...) que o clima político de seu tempo é determinante direto daquilo que resulta nas práticas e orientações do aparato da categoria da Psicologia". Em uma sociedade com governo ditatorial, fechada às decisões

e manifestações democráticas, com contundente perseguição política a qualquer ação ou reflexão que indicasse oposição, majoritariamente, as práticas da profissão se deram em contextos privados e sob a perspectiva liberal do exercício da profissão, bastante caracterizadas pelos consultórios de psicoterapia.

Esta questão não evidencia somente a tendência em restringir o acesso da psicologia a apenas a uma fatia reduzida da população, ou seja, aquela que dispunha de recursos para acessar os serviços. Considerando que toda prática profissional se fundamenta em uma concepção de mundo, de ser humano e de existência, as práticas que mais caracterizaram a profissão no período ditatorial, como a formulação de diagnósticos e a prática clínica voltada às questões íntimas e particulares dos indivíduos, resultaram na compreensão de que os problemas enfrentados por indivíduos, grupos e comunidades, determinados pela desigualdade social, fossem compreendidos como resultantes de desigualdade psíquica e individual (Furlan, 2017).

Neste sentido, podemos compreender que as primeiras décadas de regulamentação da profissão no Brasil foram marcadas pela faceta ético-política funcionalista.

Em outras palavras, aquela que visa a adaptação dos indivíduos à ordem vigente, caracterizada pela naturalização das hierarquias sociais e pela compreensão das desigualdades sociais como determinadas por diferenças individuais.

Com este destaque, não estamos negando a existência de práticas de resistência no campo e na profissão durante o período. Elas existiram e foram fundamentais para constituição da profissão e suas marcas contemporâneas. O que queremos sinalizar é que nos seus primeiros 20 anos pós-regulamentação, a psicologia brasileira esteve predominantemente voltada para as demandas das elites e para a disciplinarização social, como apontam Yamamoto e Isabel Oliveira (2010). Do mesmo modo, é importante ressaltar que nosso ponto aqui não é o de desprestigiar a prática clínica psicoterápica, e sim, expandir o olhar da profissão para além dela, ou não restrito a ela.

No período histórico que abordamos, a concepção de trabalho voltado ao coletivo era apenas incipiente. O "clinicalismo" das práticas psi foi um dos efeitos desse contexto de repressão da liberdade de expressão e de censura às políticas sociais voltadas à sociedade. Outro efeito do período se refere ao ensino da psicologia no Brasil, que perdura até os dias de hoje, é a supervalorização das teorias e sistemas voltados predominantemente à psicoterapia (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Daí resulta um dos impasses de nossa profissão no contemporâneo: como lidar com uma profissão cuja representação social e formação ainda são predominantemente pautadas na prática clínica psicoterápica individual diante das demandas coletivas que caracterizam as políticas públicas?

Neste contexto, considerando a atuação nas políticas públicas, como pensar a atuação de modo coletivo, político e visando a transformação social?

Para responder a essas perguntas precisamos em primeiro lugar entender o funcionamento de algumas das políticas públicas voltadas à saúde mental, ao bem-estar social e à proteção e garantia de direitos no Brasil. O Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são as principais políticas públicas brasileiras voltadas para a promoção da saúde e bem-estar social dos cidadãos em que a atuação da psicologia se faz presente no contemporâneo. Essas políticas possuem um conjunto de ações e diretrizes cuja lógica, de maneira geral, se distancia do padrão de psicoterapia individual (Passone; Perez, 2013) em direção a abordagens coletivas e comunitárias. Essa mudança de paradigma e prática das



políticas de assistência psicossocial foram potencializadas devido aos desdobramentos históricos da política nacional, como o fim da ditadura, a criação da Constituição de 1988 e o crescimento do número de pesquisadores sugerindo práticas sociais e comunitárias.

Assim, a psicologia ganhou uma nova identidade, mais crítica e comprometida com a realidade social brasileira (Passone; Perez, 2013). É notório um carácter mais amplo, que não se limita apenas a resolver uma demanda pontual e imediata, mas que busca atuar como uma rede de apoio de proteção integral do sujeito, com um olhar para o seu contexto, onde muitas vezes se faz presente problemas sociais muito complexos (Brasil, 2012). Como consequência da institucionalização das práticas sociais, a psicologia passou a adentrar outros campos de atuação com "participação efetiva dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia em questões sociopolíticas, nos âmbitos municipal, estadual e nacional, referentes a diversos setores" (Passone; Perez, 2013, p. 614).

A importância de repensar abordagens de práticas de cuidado nas políticas públicas decorre da compreensão de que as dimensões macro e microssociais da vida cotidiana afetam as condições de existência dos sujeitos (Silva; Carvalhaes, 2017). No espaço das políticas públicas, o papel da psicóloga vai além de intervir no sofrimento psicológico, assumindo também o carácter preventivo, envolvendo o manejo de questões ancoradas nas condições estruturais resultantes do sistema em que vivemos, isto é, nas questões sociais. Tendo em vista essa mudança de paradigma, os modos de intervenção presentes nos locais que oferecem esses serviços devem pautar diretrizes como a territorialidade, a prevenção à violação dos direitos humanos e o protagonismo dos coletivos.

Temos como exemplo as diretrizes do serviço no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). De acordo com definição do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), embasada na PNAS/2004, essa unidade possui uma organização que engloba o conceito de território, pois se localiza em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Além disso, é destinado à prestação de serviços de proteção às famílias e indivíduos com a concepção de potencializar a proteção social, como apontam Paula Nascimento e Everaldo Mellazzo (2013).

Entendemos por território algo que vai para além da delimitação do espaço geográfico e de sua composição material, pois implica na partilha de um sistema simbólico, de identificações que produzem sujeitos e subjetividades e que orientam modos de estar no mundo (Santos, 1979). Uma política pública de assistência social que considera a territorialidade possui maior facilidade de entender as particularidades de cada lugar



e incorporar esses conhecimentos em suas práticas (Nascimento; Melazzo, 2013) e as ações passam a ser contextualizadas, bem como, sua definição inclui temas pertinentes à psicologia.

Quando pensamos no protagonismo dos coletivos é fundamental o entendimento de uma psicologia voltada para a participação da população (Brasil, 2005), que coloca o sujeito em um lugar de protagonismo como aquele que propõe e articula estratégias junto aos profissionais.

Isso pode acontecer por meio da articulação de políticas públicas específicas que atendam às necessidades do território, juntamente com os serviços de proteção social básica de assistência social como os CRAS, sendo essas um conjunto de serviços que proporcionam uma maior participação do cidadão, além do fortalecimento de vínculos por meio da socialização, convivência e acolhimento (Brasil, 2005). Dessa forma, segundo Rafael Silva e Flávia Carvalhaes (2016), as práticas se tornam mais ampliadas, pois contribuem para a desestabilização de mecanismos e estruturas que interferem na vida da população.

Estes são alguns exemplos de problemáticas presentes na atuação da psicologia nas políticas públicas que ampliam seu escopo de intervenção. No entanto, a inserção da psicologia nestas políticas se deu a passos lentos e ainda encontra desafios quanto a uma prática que realmente responda aos interesses e à demanda da população atendida. Dentre os principais impasses, a dissonância entre as práticas e as demandas populacionais, como aponta Marivete Gesser, tem como desafio a construção de metodologias que tenham como guia “conhecimento dos autores sociais, o questionamento dos dispositivos normalizantes, o acolhimento da diversidade de modos de ser, a potencialização dos sujeitos e a inclusão das diferentes coletividades no controle social dessas políticas” (2013, p. 75).

Diante desse cenário, a Psicologia tem realizado um esforço para produzir conhecimentos que ampliam as práticas que marcaram o início de nossa profissão.

A formação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) é resultado das discussões e ponderações realizadas sobre a atuação profissional das psicólogas, visando fortalecer a atuação em interface com as políticas públicas.



Criado em 2006, o CREPOP nasceu com o objetivo de produzir referências para orientar a atuação nas mais diversas políticas públicas. Desde a sua criação, o CREPOP já publicou 20 referências técnicas, 11 títulos revisados e 9 títulos inéditos.

Para além do trabalho técnico, o CREPOP também possui uma significativa contribuição ética e política, uma vez que busca promover a qualificação profissional e incentivar a transformação social. Ana Maria Bock, Maria da Graça Gonçalves e Marcus Vinícius Silva (2010) ressaltam que a contribuição da Psicologia nas políticas públicas pode se dar através da consideração da dimensão subjetiva e como pode ser moldada de acordo um projeto de sociedade determinado. A construção das referências técnicas demonstra um importante trabalho da Psicologia na elaboração e execução das políticas públicas com maior enfoque na humanização, tendo como base a compreensão da dimensão subjetiva dessas políticas. Isso visa esclarecer o papel da Psicologia e definir expectativas realistas para sua participação. Além disso, o conhecimento gerado orienta tanto os profissionais que pretendem atuar nesses contextos quanto os profissionais em formação, tornando-os mais qualificados para lidar com as demandas (Bock; Gonçalves; Silva, 2010).

Neste sentido, defendemos os posicionamentos teóricos e epistemológicos que consideram a relação inseparável e mutuamente determinante entre indivíduo e sociedade, e que, como aponta Fabíola Figueirêdo Silva (2017), levem em conta

que a trajetória da profissão na e pela retomada democrática marca sua inserção social enquanto exercício de sua cidadania, reconhecendo seu papel histórico e político.

Assim, é necessário considerar que contemporaneamente há muitas teorias cujos fundamentos ontológicos, epistemológicos e ético-políticos buscam aproximar as práticas da psicologia dos contextos caracterizados pela questão social. Entre as muitas possibilidades, considerando os limites deste breve ensaio, gostaríamos de destacar as formulações e reflexões de Bader Sawaia (2008), autora da Psicologia Social no Brasil, que investigou o conceito de afetividade como importante ferramenta que subsidia recursos na luta contra a desigualdade social.

O conceito de afetividade enfatiza o campo de relações e possibilidades dos sujeitos, contribuindo para uma compreensão mais ampla das interações humanas, das dinâmicas de poder e da construção de identidades.

Não temos como aprofundar aqui o fundamento teórico que a autora utiliza para pensar a afetividade no campo da ética e da política. Apenas destacamos que sua origem está na filosofia de Espinosa (2015), base a partir da qual Sawaia (2008) compõe o conceito de sofrimento ético-político, caracterizado como uma dor mediada por questões sociais. A qualidade deste tipo de sofrimento indica a redução do sujeito em sua potência de existir, ou seja, sua capacidade relacional, fundamento das possibilidades de sentir e pensar a si mesmo e o mundo. É político, pois a indução da qualidade da vida é determinada pelas relações sociais e marcada ideologicamente no capitalismo. O sentido desta composição é circular, ou dialético: o sofrimento ético-político é um tipo de entristecimento induzido politicamente e que, ao minar as possibilidades relacionais no embotamento das emoções e dos processos reflexivos, esvazia a potência política dos sujeitos e coletivos por ele atingidos, inclusive dificultando as transformações políticas das situações e estruturas que o determinam. É neste sentido que Sawaia analisa o sofrimento ético-político como categoria de análise da exclusão social ou, como ela prefere, dialética exclusão/inclusão

— categorias teóricas fundamentais para o trabalho da psicologia nas políticas públicas.

A contrapartida do sofrimento ético-político seria a produção de potência de existir, ou potência de ação. Retomando os fundamentos da Ética de Espinosa, potência de ação se caracteriza por um aumento da capacidade e das possibilidades do corpo em sua potência de sentir e pensar, ou seja, relacionar-se consigo mesmo, com o mundo e agir sobre os distintos determinantes destas relações que, fundamentalmente, produzem os modos de vida. Uma das possibilidades para a superação do sofrimento ético-político em direção à potência de ação é produzir encontros, relações, trocas. E aqui cabe destacar um caminho ou ponto de partida para a reflexão sobre e o planejamento das ações junto às políticas públicas: investir nas relações entre os indivíduos, nas composições de coletivos, nos processos que envolvem as comunidades e diferentes atores. Avaliamos que esta fundamentação teórica, que considera o indivíduo e o coletivo como composições, evita leituras generalistas e moralizantes, bem como, práticas de objetivos adaptacionistas e não transformadores.



A psicologia possui um papel fundamental nesse processo, por meio das políticas públicas é possível construir encontros potencializadores com essas pessoas em estado de sofrimento (Sawaia, 2008). O trecho da música dos Racionais MC's denuncia as contradições que refletem as desigualdades em nossa sociedade. Como dito anteriormente, nas políticas públicas nos deparamos com os efeitos da questão social que interpelam as demandas de atuação, ao considerar o histórico da psicologia marcado por um saber/fazer distante das problemáticas vinculadas aos diversos contextos e seus modos de vida, emerge a necessidade de pensar o comparecimento da ciência e categoria de modo coletivo, político e visando a transformação social.

“A Vida é Desafio” aborda a ideia de que a vida é repleta de desafios a serem superados. Da mesma forma, a atuação da profissional de

psicologia em políticas públicas envolve o enfrentamento de desafios complexos.

Tendo consciência do histórico da Psicologia com as diversas transformações e desafios, não podemos esquecer que, assim como já cantou Racionais MC's: “É a realidade que você pode interferir, as oportunidades de mudança tá no presente”. Portanto, é assim, a passos lentos, mas muito preciosos, que a atuação da psicologia se amplia, tanto nos ideais como na prática, tornando-se mais crítica e preparada para atender as demandas da realidade da população. Pensar essa práxis exige uma maior atenção às teorias, metodologias e posicionamentos ético-políticos que considerem os indivíduos, grupos e comunidades em seu contexto, na relação com os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais históricos da constituição da sociedade contemporânea.



*** AUTORES:**



André Luiz Strappazzon - CRP 12/08196

Professor Adjunto A1 do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), graduado em Psicologia pela UFSC, com Mestrado e Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia nesta mesma universidade. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPRA). Tem entrelaçados estudos entre a Filosofia de Espinosa e a Psicologia, trabalhando em projetos de pesquisa e extensão a partir destes referenciais. andreluistra@gmail.com



Vanessa Farias de Brito

Graduanda do 8º semestre de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Já teve experiência na área de psicologia organizacional. Atualmente atua como voluntária do Laboratório Fator Humano e é estagiária de Psicologia na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI). Possui interesse em estudos relacionados a temáticas sociais. vanessaafers@gmail.com



Alice Steele Santos Escada

Graduanda do 5º semestre de psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos de Deficiência (NED). Já teve experiência com monitoria na disciplina "Processos Psicológicos Básicos" e atuou como voluntária de um projeto de extensão no colégio de aplicação da UFSC. alice.escada03@gmail.com

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Política Nacional de Assistência Social — PNAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Resolução CNAS n.º 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social — NOB/SUAS. Brasília, 2012.

BOCK, Ana Mercês B.; GONÇALVES, Maria da Graça M.; SILVA, Marcus Vinícius de Oliveira. CREPOP: uma experiência brasileira de intervenção da psicologia no campo das políticas públicas. In: ASEBEY, Ana Maria del Rosário; CALVIÑO, Manuel. (Orgs.). Psicologia y acción comunitaria. Sinergias de cambio en América Latina. La Habana: Editorial Caminos, 2010, p. 278–298.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Marcus Vinícius Oliveira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). A verdade é revolucionária: Testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Brasília, 2013. p. 59–77.

ESPINOSA, B. Ética. (Trad. Grupo de Estudos Espinosanos) São Paulo: Editora USP, 2015.

FURLAN, V. Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. spe, p. 91–102, 2017.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. spe, p. 66–77, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/jmLTTRQNwjmZbZr899JvJ8K/>. Acesso em: 20 set. 2023.

MONTAÑO, C. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. Serviço Social & Sociedade, n. 110, p. 270–287, abr. 2012.

NASCIMENTO, Paula Fonseca; MELAZZO, Everaldo Santos. Território: conceito estratégico na assistência social. Serviço Social Em Revista, Londrina, v. 16, n. 1, p. 66–88, 2013.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai; PEREZ, José Roberto Rus. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 33, n. 3, p. 612–629, 2013.

RACIONAIS MC. A vida é desafio. São Paulo: Unimar Music, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb3rvC6z5ao>. Acesso em: 20 de set. 2023.

SANTOS, M. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SAWAIA, Bader B. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) As artimanhas da exclusão, análise psicossocial e ética da desigualdade social. Vozes, 2008, p. 97–118.

SILVA, Fabíola Figueirêdo da. Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. spe, p. 82–90, 2017.

SILVA, Rafael Bianchi; CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. Psicologia & Sociedade, v. 28, n. 2, p. 247–256, maio 2016.

SILVA, Rosane Neves. A invenção do social. In: SILVA, R.N. (Org.) A invenção da Psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 26, n. spe, p. 9–24, 2010.

Doping universitário, neoliberalismo e supereu

AUTOR*:

Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira

Manifestações como cansaço, exaustão, esgotamento, têm sido cada dia mais comuns em uma sociedade neoliberal que não conhece o limite e, ainda assim, demanda o máximo de produtividade e desempenho aos sujeitos. Este imperativo tem se aprofundado de um modo tão incisivo que não somente tem retirado a resistência frente a este domínio, mas também, o reconhecimento de que haveria algo a que resistir. E a Universidade, como uma das instâncias sociais, portanto, não dicotomizada da sociedade, tem operado com a racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016), de modo que estudantes universitários, adaptados a esta razão, buscam alcançar o ideal de desempenho a qualquer custo. E para isso, um dos procedimentos utilizados é o uso de medicamentos psicoativos para o aprimoramento do desempenho. Assim, o objetivo deste texto é indicar os processos sociais para a emergência do Doping Universitário, a adesão subjetiva de estudantes ao imperativo neoliberal de desempenho, bem como as possibilidades de resistência a estes processos.

Parto da experiência de escuta e acolhimento de estudantes universitários em instituição do Ensino Superior, por meio do serviço de psicologia educacional orientado pela psicanálise e teorias sociais críticas. Nesses trabalhos, os estudantes revelam modos singulares de subjetivar a vida, a instituição e a particularidade histórica da sociedade contemporânea, o que permitiu a escuta das singularidades e também da coletividade. Nesse sentido, parto da constatação de que não há dicotomia entre sujeito e cultura, subjetividade e objetividade social, tampouco, ambos não são iguais e mantém suas diferenças em tensão. Assim, sujeito e sociedade serão tratados **moebianamente**¹.

¹ Diferente da geometria euclidiana na qual interno e externo são excludentes e separados, a faixa de moebius, na sua torção, apresenta uma continuidade estrutural, em que, ao deslizar o dedo em um lado, se é conduzido necessariamente ao outro lado. É com esta visualização de dimensões não excludentes entre si que concebemos sujeito e sociedade na psicanálise.

Na escuta de estudantes, foram percebidas algumas manifestações, como:

a. a frequente busca da validação do TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) como uma identidade diagnóstica para si;

c. estudantes com sobrecarga e exaustão na Universidade e com a sensação de impotência por não conseguirem alcançar o ideal solicitado pela instituição; e

b. estudantes que se apresentavam com o diagnóstico de TDAH e consequentemente, medicados;

d. o uso não-prescrito frequente de metilfenidato, mais conhecido como “ritalina”, para conseguirem executar todos os trabalhos da Universidade.



Adobe Stock

Essas manifestações, não raramente, têm sido apreendidas em uma imediatividade acrítica que não refletem as mediações constitutivas do que se apresenta, restringindo a aparência ao que é, bem como a não investigação das suas ideologias subjacentes, conduzindo a um procedimento — frequentemente realizado por profissionais das áreas psicológicas, psiquiátricas e pedagógicas — que superficialmente reafirmam e estabelecem diagnósticos e buscam adaptar os sujeitos à racionalidade neoliberal. Em um movimento contrário e crítico, que tem a emancipação como horizonte, convido para irmos além da aparência imediata.

Desde o liberalismo, com a ideologia da livre concorrência, se fez necessário e funcional

um indivíduo autônomo, livre e independente para se lançar no mercado como força de trabalho, como consumidor de mercadorias e como, também, uma mercadoria. No neoliberalismo, a concorrência se intensificou ainda mais, de modo que a formalização da sociedade se dá com base no modelo de empresa (Foucault, 2010). Assim, destaco que não se trata de um estado mínimo, da separação entre Estado e mercado, mas sim, do Estado operar como mercado, constituindo uma totalidade que implica em um projeto de sociedade e de sujeito que reafirma a objetividade social; o que vai comparecer no projeto de formação da educação brasileira, da escola fundamental à Universidade (Chauí, 1997/2016).

Nós estamos nos defrontando com imperativos, como: competição, alto desempenho, alta produção, sujeitos como empresários de si, empreendedorismo e autorrealização, que são propalados por várias instâncias sociais como condição para a vida contemporânea, consolidando um “solo intransponível das relações sociais, políticas e individuais” de modo que “transforma a violência econômica em paradigma e ideal da ação humana” (Chauí, 1997/2016, p. 108).



E na complacência ao neoliberalismo, emergiram e se intensificaram algumas instâncias e mediações para a constituição de sujeitos e da sociedade, como:

a. os coaches — é justamente no tempo contemporâneo que vão proliferar serviços que prometem sucesso por meio da oferta de treinamento para um progressivo aperfeiçoamento e alcance das metas;

b. a positividade tóxica – que é parte essencial do trabalho de coaches — referido a um excesso de positividade independente das realidades, que intentam sobrepor inelutáveis realidades da vida que não reafirmam a imagem narcísica do eu, invalidando o próprio sujeito na sua concretude e verdade;

c. as redes sociais – onde são veiculados otimismo, empreendedorismo, meritocracia, com perfis artificialmente produzidos, em uma contínua felicidade, sob uma inflação narcísica que produz a crença de que o eu pode ser o que quer, bastaria querer;

d. a teologia da prosperidade – na qual a religiosidade se converte em mercado e propala que a solidez da fé, o merecimento e, lógico, as doações financeiras para os ministérios cristãos, representantes do todo-poderoso, os conduzirão à prosperidade e ao sucesso;

e. a psiquiatria – a qual historicamente tem sido complacente ao domínio social, atualmente, sobretudo, por meio da patologização generalizada e a biologização do sofrimento, o que faz lucrar ainda mais a indústria farmacológica com a produção e venda de medicamentos;

f. a terapeutização contínua – certos saberes psis com o auspício da terapeutização contínua e do fortalecimento do eu em função da “melhor versão de si”; e

g. a tecnologia educacional – por meio da primazia da técnica e de uma educação centrada no estudante, o qual é formado, desde cedo para competir, empreender e vencer.

Essa engrenagem neoliberal constitui as subjetivações dos estudantes universitários, conduzindo-os ao que tenho chamado de doping universitário. E por que doping? **Porque o doping é definido como o uso de medicamentos para aumentar o desempenho em uma competição, para dar a si um poder que não possui; portanto, o doping tem três elementos: uso de medicamento, aumento da performance e a competição.** E o termo universitário tem o objetivo de fazer uma delimitação da particularidade universitária que é constituída, também, pela racionalidade capitalista e neoliberal (Dardot; Laval, 2016). O nome desta prática é mais conhecido como Enhancement cognitive, referido ao uso de substâncias psicoativas por pessoas que não têm transtornos de déficit intelectual, mas querem aprimorar o seu processamento cognitivo. E o medicamento que é utilizado com mais frequência é o metilfenidato, mais conhecido como "ritalina", comumente utilizado para tratamento TDAH, caracterizado sumariamente por baixa concentração, distração, impulsividade e hiperatividade.

Desde 1998, as pesquisas vêm evidenciando que as teorias sobre as causas do TDAH permanecem especulativas e não há nada que prove a hipótese de uma causalidade orgânica e, mais especificamente, cerebral (Nih, 1998). Em contrapartida, um conjunto de pesquisas financiadas pela indústria farmacológica têm insistido no diagnóstico de TDAH, defendendo uma causalidade cerebral e o uso da ritalina, estabelecendo a ampliação dos seus critérios diagnósticos, o que, conseqüentemente, produz lucros bilionários. Esse quadro conduz Landman (2019) a indicar, criticamente, o TDAH como uma epidemia.

Esta realidade tem comparecido de modo progressivo nas instituições educativas do ensino fundamental à Universidade (Landman,

2019). Sob a identidade diagnóstica de TDAH, intensificou-se o uso de ritalina por crianças de 6 a 16 anos (Anvisa, 2013) e foi evidenciado que há uma relação entre o aumento do consumo do medicamento e o calendário escolar. Além disso, pesquisas nacionais e internacionais têm verificado a frequente utilização de substâncias psicoativas por estudantes Universitários (Posada, 1996; Babcock; Byrne, 2000; McCabe et al., 2005; Rueda et al., 2006; Dupont et al., 2008; Urrego et al., 2009; Cruz et al., 2011; Pasquini et al., 2013; Mota; Pessanha, 2014; Trigueiro; Lembe, 2020). O uso de metilfenidato por estudantes de medicina, por exemplo, já se apresenta antes da entrada na universidade, com os objetivos de melhorar a concentração; ajudar nos estudos; manter o estado de vigília; experimentar e outros motivos (Urrego Mendonza, 2002; Rueda et al., 2006). Precisamente na UFSC, 16,7% dos estudantes afirmaram que utilizam alguma substância por acreditarem que ela os ajuda a estudar () (Caponi et al., 2021, p. 144).

Para além da constatação do uso de metilfenidato com o objetivo do aprimoramento cognitivo, estamos diante de uma realidade complexa no qual o uso do medicamento não visa suprir o que não se consegue fazer, mas, sim, haveria uma fantasística tentativa de incrementar poderes que não se possui, o que se manifesta no Doping Universitário. E isso tem relação direta com a racionalidade neoliberal da sociedade e seus ideais a serem alcançados.

Contudo, mesmo com essas referidas mediações políticas, há de se questionar sobre a adesão subjetiva dos sujeitos aos imperativos neoliberais. A partir da escuta de estudantes, testemunha-se que uma das mediações subjetiva é o supereu, o qual não se restringe aos contornos simbólicos do ideal do eu, que por meio da Lei edípica ofereceria um freio ao gozo, mas, o supereu é, também, herdeiro do isso (Freud, 2013), o qual exige do eu a satisfação a qualquer custo e vocifera a sua tirania no eu (Lacan, 1999), determinando-o e reduzindo-o a objeto. Como indicado por Freud, no texto escrito com o embaixador americano William C. Bullitt sobre o gradual enlouquecimento de um estadista em pleno exercício de suas funções, quanto ao supereu:

“Suas exigências são insaciáveis, porém, se não as satisfaz incessantemente, o supereu tortura o seu infortunado possuidor” (Bullitt; Freud, 1973, p. 69).

Os sujeitos adaptados a esse engendramento social buscam incessantemente atender ao imperativo neoliberal de maximização do desempenho e para isso, além de concorrerem com o outro, passam a concorrer consigo mesmo, ao ponto do supereu ser instrumentalizado pelo neoliberalismo de modo que o sujeito, ainda que tenha o discurso de liberdade, passa a explorar a si mesmo, sendo, portanto, e ao mesmo tempo, o senhor e o escravo, o explorador e o explorado, o algoz e a vítima. Encontramos aí o elo entre o masoquismo e o sadismo do supereu, o que se dá na subjugação do eu masoquista ao Outro



que encarna o gozo do pai sem rédeas e do Outro neoliberal: ante à aniquilação haveria a tendência de corresponder as demandas do Supereu e do Outro Neoliberal, mesmo à custa da própria vida.

Nos casos estudados, o supereu se manifesta por meio de vozes que repetem compulsoriamente imperativos relativos à incapacidade, impotência, insuficiência, reafirmando um ideal impossível de ser alcançado, o que torna esses sujeitos alienados ao gozo do Outro, e assim, mais aderentes às exigências neoliberais por meio de múltiplas estratégias, como indiquei antes. Relatos de ansiedade, pânico e burnout são expressões suscitadas na tentativa de alcançar os imperativos superegóicos-neoliberais que se apresentam como ameaças, caso não sejam conquistados e, também, tenho escutado relatos de frustração, depressão e melancolia ante o não alcance daqueles imperativos. As sensações de insuficiência, impotência e fracasso frente a esses imperativos, que têm funcionando como uma gula, têm sido contínuas e conduzido os sujeitos a um quadro melancólico. O que nos leva a indicar a coincidência entre a autorrealização e a

autodestruição, nesta particularidade social contemporânea e com esta mediação subjetiva superegóica.

É possível perceber que esses elementos apontados tornam os sujeitos mais suscetíveis ao doping universitário para acrescentarem em si o que não existe.

Isso conduz os estudantes a um autoengano que é mantido em nome de um ideal impossível de ser alcançado, mas que no neoliberalismo, esse impossível é transformado em impotência, o que pode ser uma das justificativas para a incidência progressiva de depressão na sociedade contemporânea.

Contudo, esse processo também não é completamente sem resistências. Na escuta dos estudantes, percebo que, além dos próprios sintomas, a procrastinação, a recusa ao envolvimento com as propostas acadêmicas, a produção de memes que

ironizam a Universidade, são tentativas de esboçar uma separação e frear os desmandos da instituição, do supereu e do neoliberalismo.

E a psicanálise na universidade, como um dos saberes que se dedica às subjetivações, é também uma crítica à sociedade. Nos trabalhos que foram realizados por meio do procedimento clínicoinstitucional, com estudantes, com professoras(es), gestores(as), além de reflexões nos debates institucionais, a psicanálise tem colaborado para a singularização dos sujeitos frente ao domínio e para questionamentos ao discurso universitário, de modo a produzir transformações possíveis na sua racionalidade. Entendo, assim, que a presença da psicanálise diante da tendência ao Doping Universitário se põe como uma das formas de fazer sobreviver o sujeito do inconsciente, produzindo insubordinação e crítica ao determinismo neoliberal operado na Universidade.

E a despeito do posicionamento fatalista frente ao neoliberalismo, o convite é para que a educação insista na sua função inspiradora, transformadora e emancipatória, para não correremos o risco de sermos acometidos com que aconteceu com Gregor Samsa que, quando “despertou certa manhã, de um sonho agitado, viu que se transformara, em sua cama, numa espécie monstruosa de inseto” (Kafka, 1965).

*** AUTOR:**



Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira - CRP 12/17582

Psicanalista, mestre em Psicanálise: Clínica e Cultura (PUC-RJ), psicólogo (PUC-GO), coordenador do Serviço de Acolhimento a Vítimas de Violências (SEAVis) da UFSC e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Psicanalíticas e Educacionais (LEPSI-MG), lucas.emmanoel@ufsc.br

Referências

BABCOCK, Quinton; BYRNE, Tom. Student perceptions of methylphenidate abuse at a public liberal arts college. *J. Am. Coll. Health*, v. 49, p.143–145, 2000.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2013, disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br>. Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2015/dezembro/conanda-publica-resolucao-para-diminuir-medicacao-em-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BULLITT, William C.; FREUD, Sigmund. Thomas Woodrow Wilson, um estudo psicológico. São Paulo: Editora letra viva, 1973.

CAPONI et al. O sofrimento psíquico de acadêmicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Núcleo de Estudos em Sociologia, Filosofia e História das Ciências da Saúde (NESFHS). 2021. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2021/05/pesquisa-avalia-sofrimento-psiquicode-estudantes-de-graduacao-e-pos-graduacao-da-ufsc/>. Acesso em: 15 mai. 2021.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 85-112.

CRUZ, Tarcísio C. S. C. et al. Uso não-prescrito de metilfenidato entre estudantes de Medicina da Universidade Federal da Bahia. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 81, n. 1, p. 3-6, jan–jun. 2011. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/1148/1082>. Acesso em: 15 mar. 2020.

DARDOT, Pièrre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUPONT, Robert L. et al. Characteristics and motives of college students who engage in nonmedical use of methylphenidate. *Addict*, v.17, p. 167-171, 2008.

FOUCAULT, Michel. *La naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil, 2010.

FREUD, Sigmund. Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis y otras obras. 31ª conferencia. La descomposición de la personalidad psíquica. In: Freud, Sigmund. Sigmund Freud Obras completas. Buenos Aires: Amorrortu, 2013, p. 53-74.

Kafka, Franz. *Metamorfose*. Rio de Janeiro: BUP, 1965.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 5: As formações do inconsciente. Tradução: Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. O seminário, livro 3: as psicoses. Tradução: Aluisio Menezes. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

LANDMAN, Patrick. Todos hiperativos? A inacreditável epidemia dos transtornos da atenção. Rio de Janeiro: Contra Capa; Corpo Freudiano Seção Rio de Janeiro, 2019.

MCCABE, Sean Esteban et al. Non-medical use of prescription stimulants among US college students: prevalence and correlates from a national survey. *Addiction*, v. 99, p. 96–106, 2005.

MOTA, Jéssica Silva; PESSANHA, Fernanda Fraga. Prevalência do uso de metilfenidato por universitários de Campos dos Goytacazes, RJ. *Vértices*, v. 6, n. 1, p. 77-86, 2014. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/2939>. Acesso em: 17 mar. 2019.

NATIONAL INSTITUTES OF HEALTH. Consensus Development Statement on Diagnosis and Treatment of Attention Deficit Hyperactivity. 1998. Disponível em: <https://www.nih.gov/>. Acesso em: 17 mar. 2019.

PASQUINI, Nilton Cesar. Uso de metilfenidato (MFD) por estudantes universitários com intuito de “turbinar” o cérebro. In: Biofar, *Rev. Biol. Farm. Campina Grande/PB*, v. 9, n. 2, p. 107-113, junho/agosto, 2013.

POSADA, J. *Uso y abuso del metilfenidato en Colombia*. Ministerio de Salud. Bogotá, 1996.

RUEDA SILVA, Leonardo et al. Factors associated with drug and alcohol use among University Students. *São Paulo Brasil. Saúde Pública*, v. 40, n. 2, p. 1-8, 2006.

TRIGUEIRO, Emilia Suitberta de Oliveira; LEMBE, Maria Isabel da Silva. Estudantes e o doping intelectual: vale tudo na busca do sucesso no vestibular? *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kdYdjFmxhzsBB5dV53FvFpP/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Urrego, Marcela Acevedo et al. Consumo de anfetaminas, para mejor arrendimiento académico en estudiantes de la Universidad de Manizales. *Archivos de Medicina*, v. 9, n. 1, p. 43-57, jun. 2009. Disponível em: <https://revistasum.umanizales.edu.co/ojs/index.php/archivosmedicina/article/view/1304/4524>. Acesso em: 8 de fev. 2021.

URREGO MENDONZA, Diana Z. Consumo de Sustancias Psicoactivas en Estudiantes de Especialidades Médicas, Bogotá 2001. *Colombia. Rev Salud Publica, Bogotá*, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2002.

A **escuta especializada** no contexto das **POLÍTICAS PÚBLICAS**

AUTORES*:

Iramaia Ranai Gallerani
Rudinei Luiz Beltrame

A desigualdade social no Brasil tem raízes que se aprofundam ao longo da história. Manifesta-se não só por meio de disparidades econômicas marcantes e o acesso restrito a direitos essenciais, mas também fomenta um cenário onde a violência se torna um sintoma persistente, exacerbando a fragilidade das camadas sociais. Essa desigualdade vai além da mera distribuição desigual de renda, abrangendo desequilíbrios nas oportunidades de vida, na qualidade das relações sociais e no poder de influência política, o que delinea tanto a realidade material quanto às experiências subjetivas (Santos; Mota; Silva, 2013).

Como resultado, a desigualdade social propicia condições para a violência em todas as camadas da população, afetando diferentes grupos marcados por questões sociais, como gênero, raça, classe, território, deficiência e geração. A forma como a violência se imbrica nesses marcadores sociais revela não apenas conflitos e tensões pontuais. Ela é uma expressão direta das estruturas de poder e de dominação que

definem o tecido social, refletindo as desigualdades profundas presentes em nossa sociedade. A perpetuação da violência nesses contextos transcende gerações e se torna um ciclo vicioso, difícil de ser quebrado. A naturalização dessa violência é uma faceta preocupante da produção de subjetividade em sociedades desiguais. Tornamo-nos insensíveis ao sofrimento, muitas vezes adotando uma postura de indiferença em relação às experiências traumáticas vivenciadas por crianças e adolescentes.

Essa falta de compromisso coloca em risco a capacidade de reconhecer e responder ao sofrimento alheio, o que é crucial para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.



A violência contra crianças e adolescentes exige uma resposta unificada de todas as esferas de governo. As políticas públicas emergem como instrumentos fundamentais para a salvaguarda dessas pessoas em situação de risco, sublinhando a importância de melhorar continuamente os mecanismos de atendimento, nas ações preventivas, marcando sua posição essencial na luta contra essa problemática social. A Lei n.º 13.431/2017, foi um marco na proteção de crianças e adolescentes ao demarcar o conceito de “escuta protegida” no Brasil. Essa legislação define procedimentos específicos para que as vítimas ou testemunhas de violência sejam ouvidas de forma segura e técnica, minimizando o risco de revitimização e traumas decorrentes de intervenções inadequadas. Ela orienta a atuação das profissionais, enfatizando a necessidade de um ambiente que seja, ao mesmo tempo seguro e acolhedor para receber relatos sensíveis. Dentre suas disposições, a lei prevê diferentes tipos de escuta, que visam assegurar um tratamento humanizado e evitar a revitimização. São elas a revelação espontânea, escuta especializada e depoimento especial.

A revelação espontânea, em que crianças e adolescentes optam por compartilhar voluntariamente suas experiências de violência, é um momento crítico que demanda uma resposta ética e cuidadosa dos profissionais. Conforme estabelecido pelo Art. 5 do Decreto nº 9.603/2018, tal acolhimento deve refletir um posicionamento ético do profissional, orientado pelo compromisso de identificar e atender às necessidades da criança e do adolescente, bem como de sua família, com cuidado e resolutividade. Este processo requer uma abordagem humanizada que promova um espaço seguro e confiável, onde as vítimas possam se expressar livremente. É fundamental que as profissionais envolvidas tenham a formação e a sensibilidade necessárias para garantir uma recepção empática e não julgadora, evitando qualquer forma de questionamento ou atitude investigativa que possa causar danos adicionais ou influenciar o conteúdo do relato. A Lei n.º 13.431/2017 ressalta a importância de uma prática sensível e respeitosa, enfatizando a proteção e minimização do risco de revitimização das jovens vítimas.

A escuta especializada é uma abordagem estabelecida no Art. 7 da Lei n.º 13.431/2017, sendo um processo de escuta conduzida por profissionais capacitados e atuantes na saúde, assistência social, educação, segurança pública e direitos humanos, realizada em um ambiente acolhedor e seguro. Ela é realizada sempre que for necessário lançar mão de procedimentos para levantar informações para o provimento de cuidados e proteção social. A intenção é acolher a criança ou adolescente, levando em consideração seu desenvolvimento psicossocial e sem causar revitimização. Este procedimento é de caráter informativo, buscando entender o contexto de risco, vulnerabilidade e necessidade de cuidado da vítima, sem foco na coleta de provas (Art. 19, § 4º do Decreto 9.603/2018). A escuta especializada destina-se a estabelecer as ações de proteção e o planejamento da rede de atendimento, garantindo que as medidas de assistência sejam tomadas de acordo com as necessidades.

Já o depoimento especial é o procedimento de oitiva de criança ou adolescente, vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária (Art. 8 da lei n.º 13.431/2017), com a finalidade de produção de provas (Art. 22 do Decreto 9.603/2018). O depoimento deve ser realizado em um ambiente acolhedor, com o foco de minimizar o sofrimento do depoente, evitando sua exposição desnecessária. Durante esse processo, a criança ou adolescente é acompanhado por um profissional devidamente qualificado, e as perguntas são feitas por meio de um intermediário, que adapta os questionamentos para uma linguagem acessível e respeitosa. Toda a sessão é registrada audiovisualmente, permitindo que o relato seja preservado e não necessite ser repetido em outras fases do processo.



Resistências e embaraços relacionados à escuta especializada

O processo de institucionalização da escuta especializada para crianças e adolescentes vítimas de violência, regulamentado pelo Decreto n. 9.603/2018, trouxe à tona tensionamentos relacionados aos papéis e atribuições de cada política no sistema de garantia de direitos, especialmente no que tange à relação da rede com a justiça e segurança pública. As profissionais envolvidas frequentemente debatem a eficácia da oitiva como ferramenta de coleta de evidências, levantando preocupações sobre o impacto desses testemunhos no resultado dos processos judiciais, bem como a integridade da vítima e a possibilidade de seu uso ser contraproducente nos esforços para alcançar justiça. Contudo, há uma preocupação sobre se a perspectiva das crianças e adolescentes é devidamente valorizada e se a lei vigorará para protegê-las contra represálias ou a imposição de um estigma duradouro.

Outro ponto a ser destacado é a existência e incidência de demandas do Sistema de Justiça, da Segurança Pública e do Conselho Tutelar direcionados às trabalhadoras que extrapolam os objetivos dos programas e serviços públicos de saúde, educação e assistência social. A essas demandas foram nomeadas como “transborde da justiça” para se referir a situações como a produção de materialidade para os processos judiciais exigida das profissionais de saúde e da assistência social. O trabalho de cuidado e suporte é prejudicado por essas demandas que não são finalidades desses serviços e equipamentos.

Apesar dessas demandas estarem presentes no cotidiano, como mostra o relatório

do “transborde da justiça”, a resistência de profissionais da área da psicologia e do serviço social em realizar a escuta especializada pode ser interpretada sob múltiplas óticas, mas essencialmente é influenciada por equívocos conceituais e práticos sobre o seu verdadeiro papel.

Desde a implementação da legislação que regula o depoimento especial e a escuta especializada, notou-se uma tensão significativa entre os princípios orientadores destes procedimentos e o entendimento que as profissionais tinham sobre os mesmos. O ato de “escutar” em um contexto de proteção não deve ser confundido com fins probatórios ou investigativos, e esta diferenciação nem sempre é elucidada.

A resistência, em parte, também se originou da preocupação em não revitimizar a criança ou o adolescente no processo de coleta de informações. As demandas advindas de delegacias e órgãos judiciais, muitas vezes, parecem exceder as competências das profissionais da rede de proteção e adentram esferas que tangenciam a investigação criminal. Isso pode colocar a profissional em uma posição complexa, onde as fronteiras entre a proteção e a produção de prova se confundem. Além disso, a pressão por respostas rápidas e conclusivas para os casos de violência pode comprometer a qualidade do atendimento prestado às

vítimas, induzindo um conflito interno nas profissionais entre a urgência demandada pelas instituições e a necessidade de um cuidado atento e humanizado. Ressalta-se que na atenção às pessoas em situações de violência, nosso foco deve estar no sujeito e não na violência em si.

A adequação dos fluxos de atendimento e a elaboração de protocolos interinstitucionais são fundamentais para delinear as funções das profissionais da rede de proteção e assegurar a correta aplicação da escuta especializada. Isso envolve também a capacitação contínua das profissionais envolvidas, a fim de equipá-las com metodologias que preservem a integridade psicológica e a dignidade das crianças e adolescentes atendidos. A construção de notas técnicas e a reformulação das recomendações existentes, como as realizadas pelo Conselho Regional de Psicologia e Conselho Federal de Psicologia, são vitais para reiterar a importância da escuta especializada como ferramenta de proteção e não de inquirição. A perspectiva adotada deve sempre pautar nos princípios éticos da profissão, zelando pelo direito e pelo bem-estar das crianças e adolescentes.

Superar a resistência existente implica reconhecer a complexidade dos casos de violência e a importância de um atendimento especializado que priorize o cuidado e a proteção em detrimento da simples coleta de evidências. Quando as profissionais de saúde e assistência social são devidamente orientadas e apoiadas, a escuta especializada não só se torna possível, mas um componente integral e eficaz na garantia de direitos e na promoção do cuidado a crianças e adolescentes vítimas de violência.

A escuta protegida na rede

Além de instituir as formas de escuta, a Lei n.º 13.431/2017 enfatiza a importância da atuação conjunta e interdisciplinar de diferentes setores, como Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, Ministério Público e os sistemas de Justiça e Segurança Pública. O objetivo central desses mecanismos é fornecer um atendimento protetivo eficaz, que não só interrompa a violência imediata, mas também previna sua recorrência e trate as consequências causadas para as vítimas. A intervenção rápida e coordenada é crucial para superar desafios como a sobreposição e fragmentação dos serviços, garantindo uma proteção integrada e efetiva. Além disso, a legislação destaca a necessidade de medidas preventivas para combater a violência contra crianças e adolescentes, o que inclui a implementação de ações educativas e de conscientização, fortalecimento das redes de apoio e de denúncias, assim como a melhoria contínua dos processos de atendimento e acompanhamento das vítimas.

A variação na efetividade do atendimento à criança e ao adolescente vítima, de violência reflete as diferenças regionais no Brasil.

É essencial que a resposta a essas situações seja rápida e cuidadosa, com o objetivo de evitar mais danos psicológicos à vítima e assegurar sua pronta recuperação e proteção.



Contudo, muitas localidades ainda se deparam com o desafio de montar uma rede de atendimento coesa, que necessita da colaboração harmoniosa entre os setores de saúde, assistência social, educação, conselho tutelar, segurança e justiça. É responsabilidade dos governos estaduais e municipais desenvolver estratégias para essa necessária coordenação.

Com base na análise do progresso dos municípios de Santa Catarina, identificamos práticas promissoras na implementação da escuta protegida de crianças e adolescentes. É notável abordagens diferenciadas de formas para colocar em prática a escuta especializada, que se divide essencialmente em dois paradigmas: o tratamento da escuta como um “processo” contínuo versus a sua organização em “núcleos de atendimento” específicos. Seguindo as diretrizes iniciais do Conselho Nacional do Ministério Público (Brasil, 2019), ocorreu a formação de equipes de profissionais capacitados para essa tarefa, o que levou a um movimento de estruturação dos núcleos de atendimento, alguns inclusive com a contratação de equipe e a criação de ambientes dedicados à escuta nos municípios.

No entanto, a prática revelou desafios, como:

- a.** revitimação devido à concentração da escuta em locais específicos;
- b.** demoras e burocracia que prejudicam a prestação de assistência imediata;
- c.** a transferência de responsabilidade para esses núcleos por outras instituições;
- d.** confusão entre a função de escuta e a produção de evidências para procedimentos legais, como o inquérito policial e processo criminal.

Outra questão é a sobrecarga estrutural, na qual as encarregadas da escuta acumulam responsabilidades adicionais, diluindo o conceito de cuidado integral e potencialmente gerando uma análise fragmentada das circunstâncias das crianças e adolescentes atendidos.

Algumas localidades instituíram incentivos financeiros para equipes de escuta, uma prática que, embora bem intencionada, pode inadvertidamente perpetuar as questões já citadas se não acompanhada por um entendimento de que o cuidado deve ser um esforço coletivo de toda a rede de apoio.



É crucial, portanto, que a psicologia, conforme o Código de Ética assinala, garanta que a remuneração não influencie a qualidade dos serviços. Conforme o Art. 4 do código, a qualidade do atendimento deve permanecer constante, independentemente de gratificações, alinhada aos princípios legais e profissionais vigentes (CFP, 2005).

No tocante a essas ponderações, cabe salientar que a escuta especializada, estabelecida em normas técnicas, é um aspecto crítico desse atendimento. Profissionais de diversas áreas — educadoras, assistentes sociais, psicólogas, médicas e operadoras do direito — precisam ser capacitadas para entender e aplicar metodologias que protejam a criança e o adolescente da violência sem provocar mais danos. No entanto, a escuta especializada ainda não é uma realidade consolidada em muitos municípios. A falta de recursos financeiros, de profissionais qualificadas e de uma gestão que valorize a formação continuada são alguns dos desafios a serem superados. Além disso, a resistência cultural e a falta de compreensão sobre a gravidade da violência contra crianças e adolescentes frequentemente impedem que este tema seja tratado com a urgência e a seriedade que merece.

A criação de um Protocolo de Escuta na rede de proteção também é uma necessidade iminente. Esse protocolo deve orientar o trabalho de todas as profissionais envolvidas no atendimento a crianças e adolescentes, promovendo uma abordagem que respeite os direitos e garanta a qualidade do atendimento. Deve-se definir objetivamente os fluxos locais para atuação, desde o acolhimento até a aplicação de medidas de proteção. O protocolo deve englobar o acolhimento afetuoso e respeitoso, a realização da escuta especializada em ambientes apropriados, o atendimento integrado entre as profissionais, a comunicação rápida e eficiente com o Conselho Tutelar, as autoridades policiais e o Ministério Público, bem como a utilização de depoimento especial, no âmbito das delegacias ou do judiciário para rápida responsabilização dos autores.

**Para a plena
implementação da
escuta especializada,
é preciso estabelecer
um compromisso
político que priorize
o bem-estar de crianças
e adolescentes.**

Investimentos em infraestrutura, formação profissional e na criação de uma cultura de proteção integral são indispensáveis, em que as profissionais se comprometem com as ações necessárias, de forma planejada e articulada. O escopo e a eficácia das políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente são um reflexo direto da sociedade que as cria.

A responsabilidade é compartilhada entre o governo, a sociedade civil e cada cidadão, em que cada um tem consciência de seu papel. Somente assim poderemos dizer que estamos realmente escutando para proteger.

Sínteses finais

Para concluir essas reflexões, é fundamental trazer para cena o papel do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Proteção do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência (BRASIL, 2023). Esse comitê deve ser instituído no âmbito do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Como um órgão multidisciplinar, ele é responsável por coordenar as ações entre diferentes políticas, serviços e equipamentos, garantindo que atuem de forma articulada e eficiente. A principal função do comitê é assegurar a implementação de políticas públicas e programas de ação que estejam alinhados com os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O comitê tem a responsabilidade de promover a capacitação contínua dos profissionais envolvidos, bem como de monitorar e avaliar a eficácia das ações realizadas dentro da rede de proteção. Isso envolve análise de dados, identificação de lacunas nos serviços existentes e recomendações para aprimoramento contínuo.

Para romper com o ciclo de desigualdade e violência, é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas não apenas para mitigar os sintomas da violência, mas também para combater suas raízes estruturais.

Investimentos em educação e em saúde mental são cruciais, com um foco especial nas necessidades de crianças e adolescentes que vivenciam a violência, de modo a possibilitar uma transformação social sustentável.

Além disso, é necessário um esforço para transformar as condições que perpetuam a desigualdade social, que não só alimenta a violência, mas também afeta negativamente a formação de identidades individuais e coletivas.

A superação do sofrimento ético-político exige um esforço para além do individual, reconhecendo a dor e a adversidade como experiências coletivas, intrínsecas a grupos que partilham de vulnerabilidades comuns (Sawaia, 1999). O caminho para a mudança passa pela construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde as dores e lutas são compartilhadas e na qual as políticas públicas e a ação civil são orientadas por um compromisso genuíno com a empatia e a justiça social. Esse compromisso deve visar a eliminação das estruturas opressivas que causam desigualdade e violência, pavimentando o caminho para um futuro onde a segurança e a dignidade são direitos universais.

* AUTORES:



Iramaia Ranai Gallerani - CRP-12/14108

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (2011), Especialista em Psicologia Clínica e pós-graduada em Impactos da Violência na Saúde, pela Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ (2014). Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Federal de Santa Catarina (2022). Experiência profissional nas áreas jurídica, social e clínica. Atuou por sete anos (2015–2022) como Psicóloga Assistente Técnica no Conselho Regional de Psicologia – 12ª Região, junto ao Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Comissão de Ética (COE) e Comissão de Análise do Título de Especialista (CATE). Fundadora do Instituto Ranai, atua como psicóloga assistente técnica em processos judiciais, supervisora clínica, docente e palestrante na temática da escuta especializada de crianças e adolescentes, violência doméstica contra a mulher e elaboração de documentos psicológicos.



Rudinei Luiz Beltrame - CRP-12/12459

Graduado em Psicologia pela UNISUL, Mestre em Psicologia e doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Atuou como psicólogo nas políticas públicas de saúde e assistência social. Foi assessor de diretoria e políticas para a profissão do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região, entre os anos de 2015 e 2019. Foi docente do Curso de Psicologia da Faculdade GESUSC, em Florianópolis (2020–2023). Atualmente é membro do Laboratório de Psicologia Escolar – LAPEE/UFSC, docente do Instituto Cairo, da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e sócio-fundador do Instituto Ranai, onde leciona cursos de formação na temática dos direitos da criança e adolescente, escuta especializada, prevenção a violência na escola.

Referências

BRASIL. Resolução n.º 235, de 12 de maio de 2023. Estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades. Brasília, 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.344, de 24 de maio de 2022. Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente. Brasília, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Guia prático para implementação da política de atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Brasília: CNMP, 2019. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2020/LIVRO_ESCUTA_PROTEGIDA_MENOR_10.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.603, de 10 de dezembro de 2018. Regulamenta a Lei n.º 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei n.º 13.431, de 04 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Brasília, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional dos Psicólogos, Resolução n.º 10/05, 2005.

SANTOS, Luane Neves; MOTA, Alessivânia Márcia Assunção; SILVA, Marcus Vinicius de Oliveira. A dimensão subjetiva da subcidadania: considerações sobre a desigualdade social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 3, p. 700–715, 2013.

SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

A cisgeneridade na dialética exclusão/inclusão

“Arrisco-me a ser aquilo que o outro não entende, par e passo com o fato de que eu também não entendo nada. Mas aqui estamos, comprovando a possibilidade sincrônica de existir integrando o mesmo sistema, sem que se igualem as peças e sem que minha experiência subalternize as vossas no assassinato universalizante da equivalência geral.” (Silvestre, 2021, p. 20).

AUTORAS*:

Tatiana Minchoni
Amanda Fiorini
Heloísa Petry

Quando Bader Sawaia (2001) aborda a dialética exclusão/inclusão, ela fala de duas coisas que não existem de forma separada, que estão sempre em relação e que não constituem categorias definitivas, adquirindo significados diferentes conforme o contexto em que são analisadas. Dessa forma, a inclusão de alguém ou de alguma coisa está sempre ligada à exclusão de um outro alguém ou de uma outra coisa. Pensando em um exemplo, podemos imaginar quem eram as pessoas que acessavam uma universidade pública antes da implementação da Lei de Cotas, pessoas em sua grande maioria brancas, cis, sem deficiência, de classes

média e alta. Aqui, percebemos que apenas pensando em um processo de inclusão (vestibular), já se cria também um processo de exclusão, porque as pessoas que não se encaixam nessas categorias, e que por conta disso enfrentam vulnerabilizações sociais e não têm as mesmas condições de passar em um vestibular, são excluídas do espaço da universidade. Essa dialética provoca a pensar na relação entre as condições de pessoa transgênero e de pessoa cisgênero, em como essas duas categorias também só existem em relação, e em como processos de exclusão e inclusão configuram essa relação. Queremos defender neste texto a

¹ Na escrita do texto, utilizaremos "trans" como um termo guarda-chuva para abarcar um espectro amplo de identidades e termos, tais como transgênero, transexual, travesti, boyceta, mulher trans, homens trans, pessoas não binárias, transmasculino, transfeminina, transvestigênera.

proposição de que as pessoas **trans**, a partir de processos de imposição da cisgeneridade, são submetidas a um processo de exclusão na relação com seus próprios corpos, que são lidos sobre uma ótica cisgênera e supostamente universal. Na dialética trans/cis, essa ótica é promotora e aparato de "justificativa" de diversos tipos de transfobia.

Autoras transfeministas brasileiras, como Hailey Kaas (2012), já nos mostraram como a cisgeneridade normatiza as performances de gênero, e sobre como a demarcação do termo "cis" é um aparato analítico fundamental na compreensão das regras de gênero da sociedade.

Se as transgeneridades foram historicamente demarcadas, classificadas, nomeadas por uma coisa que é oposta a elas (a cisgeneridade), por que essa outra coisa por muito tempo também não teve uma demarcação e um nome?

Isso diz muito, por exemplo, da invisibilidade e da falta de protagonismo das pessoas trans nas "conclusões" que a ciência apresentou

sobre estes corpos ao longo do tempo. Quando essa outra coisa é nomeada e posta também em jogo, passamos a entender que a cisgeneridade, da mesma forma que a transgeneridade, é uma invenção, uma fantasia, que se identificar com o gênero atribuído ao nascimento e associado ao órgão genital não é algo natural (Ana Paula Hining; Maria Juracy Toneli, 2023). E a cisgeneridade adora falar em naturalidade, e para isso fabrica discursos, como o do "sexo biológico", com a intenção de estabelecer uma normalidade, uma maneira congruente de performar gênero.

Viviane Vergueiro (2016), no texto "Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial", situa três eixos que dão base à cisgeneridade. O primeiro eixo é a pré-discursividade, e fala justamente sobre a concepção de se entender o sexo como pré-discursivo, como algo que não se relaciona com as subjetividades discursivas que envolvem o gênero. O sexo, assim, é entendido como uma categoria biológica que se naturaliza a partir da constatação de um órgão genital. E essa categoria, para a cisgeneridade, serve como um ideal regulatório que produz uma verdade de gênero. Já o segundo eixo é a binaridade, que diz de duas únicas relações sexo-gênero possíveis, macho-homem e fêmea-mulher. A partir de uma característica anatômica, uma pessoa é ensinada e tutelada



Fernando Frazão/Agência Brasil



a performar um gênero ou outro. E se criam expectativas de que as meninas brinquem de boneca e de que os meninos brinquem de carrinho. O terceiro eixo situado por Viviane é o da permanência, um imperativo que define os corpos normais ou ideais como aqueles que cumprem com as expectativas da cisgeneridade, havendo por trás disso uma ideia de algo rígido e imutável. Há aqui uma noção coerência, de adequação, de congruência do gênero com o sexo. E se tem algo coerente, tem também algo incoerente, anormal, doente. Como diz Paul Preciado (2022, p. 39), “o corpo trans é uma colônia de instituições disciplinares: da psicanálise, dos meios de comunicação, da indústria farmacêutica, do mercado”.

Essa noção fica mais palpável se pensarmos em como o modelo biomédico submeteu e submete os corpos trans a um processo de subalternização e tutela. Preciado (2022) fala de como as ciências da saúde fizeram toda uma interpretação sobre as pessoas trans, mas sem levar em conta as experiências e relatos dessas pessoas. A partir da leitura de

que as pessoas trans representam o anormal e de que carregam uma infelicidade e uma doença, a ciência biomédica patologizou as identidades trans. E o aparato biomédico buscou, e ainda busca, colocar essas pessoas como doentes e se colocar no papel de quem pode tutelar esses corpos. O abuso terminológico que culmina na palavra “transexual” é bem representativo desse processo, algumas das denominações foram: “hermafroditas psicosssexuais” e “paranoicos que sofrem de metamorfose sexual”, de Richard von Krafft-Ebing, “psicopata transexual”, de David Oliver Cauldwell, “doentes da identidade de gênero”, de John Money, e “disforia de gênero”, de Norman Fisk, um termo de 1973 que é ainda utilizado na versão atual do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V).

É nesse contexto histórico que a noção moderna de transexualidade é elaborada. Nessa concepção, cria-se uma diferença entre o “travestismo”, que seria um “desejo de se fazer passar pelo outro sexo por meio das vestimentas” (Preciado, 2022, p. 73), e a

“verdadeira” transexualidade. Tem-se aqui a criação do transexual verdadeiro como a pessoa que se torna transexual a partir de uma série de procedimentos hormonais e cirúrgicos. É a concepção biomédica de que as pessoas trans só se tornam trans na medida em que são capturadas pela cisgeneridade, na medida em que os sentimentos acerca de seus próprios corpos não têm validade e de que existe uma verdade incontestável, baseada em uma diferença anatômica. Mas mesmo esse parâmetro, o do órgão genital, é contestável, afinal, existem pessoas intersexo que não podem, a partir das características anatômicas, serem designadas como menino ou menina (Preciado, 2022). As chamadas cirurgias de “adequação” (que preferimos chamar de mutilação) em bebês intersexo dizem muito do eixo da binaridade, da necessidade de se existirem apenas dois sexos, dois gêneros e duas únicas relações possíveis entre eles.

Em um contexto mais próximo e atual, podemos falar sobre a Portaria 2.803 (Brasil, 2013) do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, conjunto de políticas que trata do acesso integral à saúde das pessoas trans e travestis, incluindo procedimentos de alteração corporal via hormonização e cirurgias. A marca biomédica do Processo Transexualizador já está no nome da portaria. Eu, Amanda, não precisei passar por um processo dentro de um sistema de saúde para me entender como trans.

E o hormônio que eu faço uso não

“transexualiza” meu corpo. A portaria carrega um viés patologizante e uma linguagem biomédica. Isso aparece, por exemplo, no entendimento da cirurgia de transgenitalização como uma “readequação sexual” e na ausência de qualquer tópico acerca de pessoas não binárias.

Tatiana Lionço (2019) fala de como a questão da despatologização já era uma pauta das pessoas trans na época que as políticas foram elaboradas, em 2005. Ela fala sobre a construção do Processo Transexualizador e da dificuldade que houve em se debater questões problemáticas, como a necessidade de laudos, diagnósticos e patologização para o encaminhamento de processos de hormonização e cirurgias. Há uma obrigatoriedade de um ano de acompanhamento psicológico, por exemplo, para entrar em filas para cirurgias. A premissa do acompanhamento obrigatório reforça o estigma de que pessoas trans precisam ser tuteladas nos serviços oferecidos pelo sistema de saúde. Porém, junto dessas dificuldades de debate, havia uma necessidade muito grande de garantir esse acesso de alguma forma, e várias pautas e demandas não puderam ser contempladas naquele momento. Entretanto, Tatiana não deixa de trazer a visão de todo esse processo como resultado de um “golpe da hegemonia biomédica [...] por uma área bastante específica da gestão de política de saúde que é a da alta complexidade – uma área bastante governada, digamos assim, pela medicina cirúrgica” (Lionço, 2019, p. 51). Ela conta que as normas foram publicadas de forma estratégica enquanto algumas discussões, como a da patologização, estavam ainda sendo iniciadas. A notícia boa é que em 2023 foi formado um Grupo de Trabalho na Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (SAES/MS) para reelaborar essa política, com

a participação de pesquisadores, trabalhadores de saúde e membros de movimentos sociais (Warren, 2023).

“[...] tanto os representantes do MP responsáveis por instruir um processo jurídico quanto a psicóloga que me atendia tinham como destino uma estética cisgênera.”
(Favero, 2020, p. 411)

Sofia Favero (2020) alerta que limitar à área da saúde para pensar questões de patologização e despatologização é um equívoco, sendo necessária a articulação entre áreas como o direito, a psiquiatria, a medicina, a psicologia e a educação. E se olharmos para as dinâmicas que envolvem a dialética trans/cis nestes lugares, vemos que, ao mesmo tempo que existem iniciativas e tentativas de avanço, há um forte investimento contrário. Nas escolas, na medida em que se fala da importância de trabalhar questões de gênero e sexualidade, pautas como ideologia de gênero e Escola sem Partido ganham força. Um caso simbólico deste entrave é o de uma professora que sofreu perseguição política e chegou a ser afastada do trabalho por defender uma aluna trans (Pessoa, 2023). E quando falamos em ensino superior, são apenas cinco universidades federais que oferecem vagas destinadas a pessoas trans. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) se junta a esse grupo ao ter recentemente aprovado uma política de acesso, inclusão e permanência para pessoas trans, por meio de um trabalho realizado pela Rede Trans UFSC em parceria com outros setores institucionais (Grazielly

Baggenstoss; Melina Martins, 2023). Mas é preciso também lembrar de como notícias de casos de transfobia nas universidades têm se tornado recorrentes.

Se olharmos para questões legais, foi só em 2018 que as pessoas trans passaram a ter o direito de retificar o nome civil sem a necessidade de um processo judicial.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrou a homotransfobia na Lei do Racismo, e em agosto de 2023, a discriminação contra a população LGBTQIAPN+ passou também a ser vista como crime de injúria racial (STF, 2023). Na contramão, um levantamento demonstra que entre janeiro e março de 2023, 69 projetos de lei anti-trans foram apresentados nas Casas Legislativas do Brasil (Avelar, 2023). Em Santa Catarina, projetos de lei que impedem pessoas trans de participarem de competições esportivas de acordo com o gênero que se identificam têm se tornado recorrentes. Em Chapecó, por exemplo, o prefeito João Rodrigues (PSD-SC), em 25 de outubro de 2023, sancionou uma lei que determina o “sexo biológico” como critério exclusivo para a determinação de gênero em competições esportivas (ND+, 2023).

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou do CID o “transtorno de identidade de gênero”, e colocou a transexualidade em um capítulo novo sobre saúde sexual. O termo utilizado é “incongruência de gênero”. Se isso é um avanço? Sim. Mas questionamos as potencialidades e os limites de uma

“despatologização” que entende corpos trans como incongruentes. Seguindo as palavras de Sofia:

[...] é preciso superar a despatologização do gênero e caminhar em direção a uma despatologização epistemológica” (Favero, 2020, p. 411).

E recordemos das epistemologias que circulam no curso de psicologia. Algumas provocam raiva, outras um olhar atento, outras medo, outras carinho. É só depois da redemocratização, em 1988, que a psicologia, a partir de algumas vertentes, começa a assumir compromissos com a sociedade e com os direitos humanos. Antes disso, houve mais de um século de produção predominantemente normatizadora e patologizadora. Os resultados disso aparecem, por exemplo, na precariedade com que a temática trans é abordada nos cursos, sendo que disciplinas sobre gênero ainda não fazem parte da maior parte dos currículos de graduação de psicologia (Lionço, 2019).

Quando falamos de todas essas relações entre a cisgeneridade e a transgeneridade, falamos de afeto, de modos de pensar, de viver, de fazer políticas públicas, que afetam corpos diferentes de maneiras diferentes.

Sawaia (2006) situa a afetividade como uma categoria que foi por muito tempo esquecida das análises sociais. Ela traz o afeto, a partir da filosofia de Espinosa, como sendo sempre uma transição, uma passagem de um estado de potência para outro, e defende que não existe ética ou transformação social separada da dimensão dos afetos. Nesse sentido, para que uma relação de exclusão e inclusão funcione, é necessário que processos de afeto, imaginação e sensibilização estética sejam bloqueados, impedidos, e que se instale “uma política de cristalização da capacidade de afetar e ser afetado” (Sawaia, 2006, p. 87). E na discussão sobre a cisgeneridade, há de forma bem nítida uma cristalização imposta sobre quais maneiras de performar gênero são válidas e quais não são, sobre quais afetos uma pessoa pode estabelecer com seu próprio corpo ou não.

Estamos em um cenário político inédito no qual temos duas deputadas federais travestis eleitas, Erika Hilton (PSol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG). No dia 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) subiu ao palanque da Câmara dos Deputados, vestiu uma peruca, se colocou como “deputada Nicole”, e disse, entre outras falas transfóbicas, que “as mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres” (Carta Capital, 2023). Sem mais delongas, deixamos aqui duas perguntas: como Nikolas Ferreira foi afetado pela chegada de duas travestis à Câmara dos Deputados? Como a cisgeneridade foi e será afetada pela chegada de pessoas trans a espaços públicos e de poder?



* AUTORAS:



Amanda Fiorini

Estudante de psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Faz parte do Coletivo de Redução de Danos da Psicologia UFSC e é representante suplente do Instituto Arco-Íris de Direitos Humanos no Conselho Municipal de Direitos LGBTI+. amanda22fiorini@gmail.com



Heloísa Petry - CRP 12/1755

Psicóloga no sistema prisional, integrante do grupo de trabalho Psicologia Política do CRP-SC. Doutoranda em Psicologia Social pela UFSC, vinculada ao Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais, Estéticas e Políticas (NUPRA). professoraheloisapetry@gmail.com



Tatiana Minchoni - CRP 12/23572

Possui graduação e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; doutorado em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Práticas Culturais e Processos de Subjetivação; pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); e especialização "Práticas Pedagógicas no Ensino Superior pela Universidade Potiguar (UnP). É professora adjunta no Departamento de Psicologia da UFSC e coordena o Núcleo de Pesquisa em Práticas Sociais, Estética e Política (NUPR/UFSC). tatiana.minchoni@ufsc.br

Referências

AVELAR, Dani. Brasil tem um projeto de lei antitrans por dia, e 'efeito Nikolas' preocupa. Folha de S. Paulo, 20. mar. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/brasil-tem-um-novo-projeto-de-lei-antitrans-por-dia-e-efeito-nikolas-preocupa.shtml>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra; MARTINS, Melina. Transidentidades e a luta por permanência nas universidades ante a omissão institucional. Portal Catarinas, 24 out. 2023. Disponível em: <https://catarinas.info/transidentidades-e-a-luta-por-permanencia-nas-universidades/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 23 abr. 2023.

CIDADE de SC proíbe atletas trans de competirem em categorias diferentes do sexo biológico. ND+, 26 out. 2023. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/cidade-de-sc-proibe-atletas-trans-de-competirem-em-categorias-diferentes-do-sexo-biologico/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

FAVERO, Sofia. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, Salvador, v. 5, n. 13, p. 403-418, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7272>. Acesso em: 20 out. 2023.

HINING, A. P. S.; TONELI, M. J. F.. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 1, p. e83266, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n183266>. Acesso em: 23 mai. 2023.

LIONÇO, Tatiana. A psicologia entre a patologização e despatologização das identidades trans. In: SOUSA, Ematuir Teles; AMARAM, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel Kerry (org.). *Psicologia, Travestilidades e Transexualidades*. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2019, p. 43-56. Disponível em: https://crpsc.org.br/public/images/boletins/Miolo_Psicologia-Interativo.pdf. Acesso em: 23 mai. 2023.

CARTA CAPITAL. No Dia da Mulher, Nikolas Ferreira põe peruca e faz discurso transfóbico na Câmara. *Carta Capital*, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/no-dia-da-mulher-nikolas-ferreira-poe-peruca-e-faz-discurso-transfobico-na-camara/>. Acesso em: 23 mai. 2023.

NAÇÕES UNIDAS. OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais. *Nações Unidas*, 06 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais>. Acesso em: 11 nov. 2023.

PESSOA, Fernanda. Professora é perseguida por apoiar inclusão de aluna trans em escola pública de Florianópolis. *Intercept Brasil*, 30 out. 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/10/30/professora-aluna-trans-escola-florianopolis-sc/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PRECIADO, Paul. Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SAWAIA, Bader. Introduzindo a afetividade na reflexão sobre estética, imaginação e constituição do sujeito. In: DA ROS, Sílvia Zanatta; MAHEIRIE, Katia; ZANELLA, Andréa Vieira (Org.), *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência*. v. 11. ed. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006. p. 85-94.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap. 6. p. 96-118.

SILVESTRE, Helena. *Notas sobre a fome*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial. *Supremo Tribunal Federal*, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1>. Acesso em: 11 nov. 2023.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOUTINHO, Laura. (org.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>. Acesso em: 23 abr. 2023.

WARREN, Mayra Cajueiro. Professora da UFSC integra Grupo de Trabalho para aprimorar políticas de acesso à saúde de pessoas trans. *Notícias da UFSC*, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2023/08/professora-da-ufsc-integra-grupo-de-trabalho-para-aprimorar-politicas-de-acesso-a-saude-de-pessoas-trans/>. Acesso em: 10 nov. 2023.



(48) 3244-4826



site.crpsc.org.br

